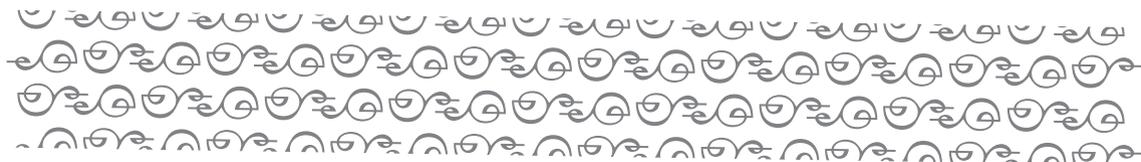


<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”





Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

RIO +20

**PROPOSTAS PARA A
RIO+20: ECONOMIA VERDE
E ERRADICAÇÃO DA
POBREZA NA AMAZÔNIA
E NO NORDESTE**



Câmara dos
Deputados

Brasília | 2013

RIO +20

**PROPOSTAS PARA A
RIO+20: ECONOMIA VERDE
E ERRADICAÇÃO DA
POBREZA NA AMAZÔNIA
E NO NORDESTE**

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 2011-2015
3ª Sessão Legislativa

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

André Vargas

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Gonzaga Patriota

2º Suplente

Wolney Queiroz

3º Suplente

Vitor Penido

4º Suplente

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados
Comissão de Integração Nacional,
Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Propostas para a Rio+20: Economia Verde e Erradicação da Pobreza na Amazônia e no Nordeste

Material resultante da Audiência Pública “Propostas para a Rio+20: economia verde e erradicação da pobreza na Amazônia e no Nordeste”, realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em 8 de maio de 2012. Estudo “Biomassas e Economia Verde” elaborado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e Propostas da CINDRA para a RIO+20.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília – 2013

Câmara dos Deputados

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretor Daniel Ventura Teixeira

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Sílvio Avelino da Silva

Projeto gráfico e capa Paula Scherre

Diagramação Janaina Coe

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

SÉRIE

Comissões em ação

n. 16

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Integração Nacional,
Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Propostas para a Rio +20 [recurso eletrônico] : economia verde e erradicação da pobreza
na Amazônia e no Nordeste. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

81 p. – (Série comissões em ação ; n. 16)

Audiência pública, realizada em 8 de maio de 2012, estudo “Biomass e Economia Verde” e
Propostas para a RIO+20.

ISBN 978-85-402-0067-8

1. Desenvolvimento sustentável, Amazônia. 2. Desenvolvimento sustentável, Brasil,
Região Nordeste. 3. Pobreza, redução, Amazônia. 4. Pobreza, redução, Brasil, Região
Nordeste. I. Título. II. Série.

CDU 504:338.1(81)

ISBN 978-85-402-0066-1 (brochura)

ISBN 978-85-402-0067-8 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – 2012	7
Corpo Técnico da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – 2012	9
Apresentação	11
Estudo elaborado pela Consultoria Legislativa da CD – Biomas e Economia Verde	13
Audiência Pública Realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – propostas para a Rio+20: economia verde e erradicação da pobreza na Amazônia e no Nordeste	39
Propostas da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional para a Rio+20	73

MEMBROS DA

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – 2012

Mesa da Comissão

Presidente	Wilson Filho	PMDB/PB
Vice-Presidente	Janete Capiberibe	PSB/AP

Composição da Comissão

TITULARES

Antônia Lúcia – PSC/AC
Átila Lins – PSD/AM
Berinho Bantim – PSDB/RR
Dudimar Paxiuba – PSDB/PA
Elcione Barbalho – PMDB/PA
Flaviano Melo – PMDB/AC
Francisco Praciano – PT/AM
Henrique Afonso – PV/AC
Irajá Abreu – PSD/TO
Janete Capiberibe – PSB/AP
Miriquinho Batista – PT/PA
Raul Lima – PSD/RR
Ronaldo Caiado – DEM/GO
Sebastião Bala Rocha – PDT/AP
Wilson Filho – PMDB/PB
Zé Geraldo – PT/PA
Zequinha Marinho – PSC/PA

Composição da Comissão

SUPLENTES

Ademir Camilo – PSD/MG
Alberto Filho – PMDB/MA
Arnaldo Jordy – PPS/PA
Asdrubal Bentes – PMDB/PA
Carlos Brandão – PSDB/MA
Costa Ferreira – PSC/MA
Edio Lopes – PMDB/RR
Giovanni Queiroz – PDT/PA
Gladson Cameli – PP/AC
Glauber Braga – PSB/RJ
Hugo Motta – PMDB/PB
Lira Maia – DEM/PA
Lúcio Vale – PR/PA
Marcio Bittar – PSDB/AC
Marinha Raupp – PMDB/RO
Padre Ton – PT/RO
Paulo Cesar Quartiero – DEM/RR
Taumaturgo Lima – PT/AC
Valtenir Pereira – PSB/MT
Zenaldo Coutinho – PSDB/PA

Secretária: Edna Maria Glória Dias Teixeira

Local: Anexo II, sala 55, Ala A, Térreo

Brasília/DF CEP: 70160-900

Telefone: 3216-6432

Fax: 3216-6440

E-mail: cindra.decom@camara.leg.br

CORPO TÉCNICO DA
**Comissão da Amazônia, Integração
Nacional e de Desenvolvimento
Regional – 2012**

Secretária da Comissão

Edna Maria Glória Dias Teixeira

Equipe Técnica

Elza Carneiro dos Santos Figueiredo

Liderval Lucas de Souza Filho

Márcia Marcello Nunes Leal

Maria Alexandre da Silva

Maria Cecília de Oliveira Vaz Sampaio

Maria Raimunda Natalina Aires dos Santos

Rodrigo Augusto de Freitas Barro

Estagiários

João Paulo da Silva Gonçalves

Hildegardo Santos Araújo Neto

Grupo de Apoio

Raíssa de Jesus Assunção

Thainá de Lima Pereira

Antônia Gomes Ferreira

Apresentação

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho de 2012, teve como temas principais a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Comungando desse pensamento, que está relacionado à temática da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CAINDR), o Colegiado reuniu-se em audiência pública com autoridades e especialistas para discutir o tema, e, a partir desse debate, elaborar propostas a serem apresentadas pela CAINDR no evento.

A audiência pública foi realizada no dia 8 de maio de 2012, na Câmara dos Deputados, abordando o seguinte tema: **Propostas para a Rio+20: economia verde e erradicação da pobreza na Amazônia e no Nordeste**. A pauta de debates incluiu, entre outras questões, a situação da pobreza na Amazônia e na Região Nordeste, com destaque para o desenvolvimento sustentável do bioma caatinga, vegetação de grande relevância para o clima regional e global e para a conservação da biodiversidade.

Assim, apresentamos nesta publicação a íntegra das apresentações dos expositores e dos debates, para que se conheçam as opiniões dos parlamentares do Colegiado e dos convidados que participaram dos debates: o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário Executivo da Comissão Nacional da Rio+20; os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Sarney Filho e Alfredo Sirkis; a Professora Doutora Soraya El-Deir, do Departamento de Tecnologia Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); e o Pesquisador José Alberto da Costa Machado, da Área de Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Caro leitor, cumpre-nos informar que neste volume, precedendo às notas taquigráficas da audiência pública, foi incluído o estudo elaborado, a pedido da Comissão, pela Consultoria Legislativa da Câmara dos

Deputados intitulado “Biomass e Economia Verde” e por último consta da separata as propostas da CAINDR para a Conferência RIO+20. Por último, dou ciência que a denominação da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) foi alterado pela Resolução nº 23 de 7 de março de 2013, para Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA). A separata foi elaborada no ano de 2012 e a publicação se deu em 2013, razão pela qual na capa e nas páginas 3 e 4, deste trabalho, foi utilizada a nova nomenclatura.

Debatendo as questões de fundamental importância para o desenvolvimento dessas regiões, com preservação do ambiente e a diminuição da pobreza, a Comissão reitera seu propósito de ser um fórum de debates empenhado em buscar melhorias de vida a essa população.

Deputado Wilson Filho

Presidente da CAINDR em 2012.

Estudo elaborado pela Consultoria Legislativa da CD – Biomas e Economia Verde

Maurício Mercadante¹

1. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Serviços dos ecossistemas ou ambientais são os benefícios que o homem obtém desses ecossistemas. Eles abrangem serviços de provisão, incluindo alimentos, água, madeira e fibras; serviços reguladores, que afetam climas, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água; serviços culturais, que fornecem benefícios recreacionais, estéticos e espirituais; e serviços de suporte, tais como formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes. (Ver Figura A.). A espécie humana depende fundamentalmente do fluxo dos serviços dos ecossistemas. A exploração, degradação e destruição dos ambientes naturais degrada e ameaça o fluxo dos serviços ambientais. Comunidades tradicionais e rurais e proprietários de terras detém a posse de recursos naturais que geram serviços ambientais que beneficiam toda a sociedade. O pagamento por serviços ambientais é um mecanismo concebido com o objetivo de estimular essas comunidades e proprietários a conservarem (ou recuperarem) esses recursos, em lugar de explorá-los economicamente. Nesse caso, a sociedade, que é beneficiária dos serviços ambientais compartilha com as comunidades e proprietários os custos da conservação.

A seguir são apresentados alguns exemplos de mecanismos de pagamento por serviços ambientais em execução no País.

¹ Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Área XI – Meio Ambiente e Direito Ambiental.

Governo Federal

1.1. Fundo Clima

A Lei nº 12.114, de 2009 criou o Fundo Clima, com recursos de “royalties” do Petróleo. Os recursos do Fundo podem ser destinados a pagamentos por serviços ambientais, nos termos do art. 5º, § 4º

“Art. 5º, § 4º A aplicação dos recursos poderá ser destinada às seguintes atividades:

XI – pagamentos por serviços ambientais às comunidades e aos indivíduos cujas atividades comprovadamente contribuam para a estocagem de carbono, atrelada a outros serviços ambientais.”

1.2. Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 2011, faz parte do Plano Brasil sem Miséria e seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

Os objetivos do Programa são:

- Incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;
- Promover a cidadania;
- Melhorar as condições de vida e elevar a renda população beneficiária; e
- Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Para participar do Programa, a família deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: encontrar-se em situação de extrema pobreza, equivalente a renda per capita mensal de até R\$ 70,00; estar inscrita no Cadastro Único.

As famílias deverão desenvolver atividades de conservação ambiental nas seguintes áreas:

- Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais, administradas pelo ICMBio;

- Projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo INCRA;
- Territórios ocupados por Ribeirinhos, Extrativistas, Populações Indígenas, Quilombolas e outras Comunidades Tradicionais; e
- Outras áreas rurais definidas como prioritárias pelo Governo Federal.

Cumpridos estes requisitos, a família deverá assinar o Termo de Adesão ao Bolsa Verde, que especifica as atividades de conservação a serem desenvolvidas.

O Programa Bolsa Verde efetua repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por meio do cartão do Bolsa Família, durante o prazo de até dois anos. Este prazo poderá ser renovado. O pagamento do benefício seguirá o calendário de pagamentos do Programa Bolsa Família. Os beneficiários do Bolsa Verde que também são inscritos no Bolsa Família receberão os benefícios de forma conjunta.

Na primeira fase apenas os municípios da Amazônia Legal participam do Programa. A expansão para todo o país está prevista para 2012. O Bolsa Verde deve atender 73 mil famílias até 2014, com recursos da ordem de R\$ 240 milhões, até 2014.

O Ministério do Meio Ambiente é o responsável pela coordenação do programa, com a participação direta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fazem uma gestão compartilhada abrangendo ICMBio e Incra como os gestores das áreas selecionadas.

Experiências dos Estados

1.3. Estado do Amazonas – Programa Bolsa Floresta – Fundação Amazônia Sustentável

O Programa Bolsa Floresta (PBF) foi instituído pelo Governo do Estado do Amazonas por intermédio da Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar 53, sobre o Sistema Estadual de

Unidades de Conservação (SEUC), ambas promulgadas em 5 de junho de 2007. O PBF é gerido pela Fundação Amazônia Sustentável.²

O PBF possui hoje 4 componentes:

Bolsa Floresta Renda – incentivo à produção sustentável

Bolsa Floresta Social – investimentos em saúde, educação, transporte e comunicação

Bolsa Floresta Associação – fortalecimento da associação e controle social do programa

Bolsa Floresta Familiar – envolvimento das famílias na redução do desmatamento

O Bolsa Floresta Renda é um investimento de R\$ 140 mil ao ano por unidade de conservação. Ele é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel, castanha entre outros. A meta é promover arranjos produtivos e certificação de produtos que aumentem o valor recebido pelo produtor. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas e que valorizam a floresta em pé.

O Bolsa Floresta Social é um investimento de R\$ 140 mil por ano por unidade de conservação, destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte.

O Bolsa Floresta Associação é destinado às associações dos moradores das UC's do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa.

O Bolsa Floresta Familiar tem como objetivo promover o envolvimento das famílias moradoras e usuárias das unidades de conservação estaduais para redução do desmatamento e valorização da floresta em pé. Esta modalidade também atua no sentido de promover o entendimento da realidade socioeconômica e ambiental para melhorar a eficiência na aplicação dos recursos e avaliação dos resultados dos investi-

² Os recursos da FAS são oriundos exclusivamente de doações (Banco Bradesco: R\$ 20 milhões; Governo do Estado do Amazonas: R\$ 20 milhões; Cola-Cola: R\$ 20 milhões; BNDES (Fundo Amazônia): 19,3 milhões em 4 anos; Rede Marriott International: US\$ 2 milhões em quatro anos; Samsung: R\$ 3,8 milhões; HRT: R\$ 24 milhões até 2013.) Tais recursos, conforme a Lei de Mudanças Climáticas, serão investidos integralmente para o desenvolvimento e consolidação das UC's no Amazonas e, consequentemente, revertidos em benefício das populações que nelas residem.

mentos. Consiste no pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 por mês às mães de famílias residentes dentro de unidades de conservação que estejam dispostas a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. É um importante mecanismo para envolver a população nas atividades de combate ao desmatamento. O BFF não é um salário e não pretende ser a principal fonte de renda das famílias. É um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta.

Todos os beneficiados do PBF participam de uma oficina de formação sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Ao final desta oficina assinam, voluntariamente, um termo de compromisso de desmatamento zero.

O PBF atende mais de 35 mil pessoas em 15 Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, uma área que totaliza 10 milhões de hectares.

1.4. Estado de Minas Gerais – Bolsa Verde³

(Embora não seja um exemplo das regiões norte e nordeste, demonstra as possibilidades do mecanismo)

A concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros, denominada Bolsa Verde, foi instituída pela Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, e regulamentada pelo Decreto 45.113, de 05 de junho de 2009.

O Bolsa Verde tem por objetivo apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa, mediante pagamento por serviços ambientais aos proprietários e posseiros que já preservam ou que se comprometem a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses.

A prioridade é para agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Também serão contemplados produtores cujas propriedades estejam localizadas no interior de unidades de conservação e sujeitos à desapropriação.

O incentivo financeiro é proporcional à dimensão da área preservada. Recebe mais quem preservar mais até o limite de hectares correspondente a quatro módulos fiscais em seu respectivo município.

As duas modalidades previstas no Programa Bolsa Verde são a manutenção e a recuperação da cobertura vegetal nativa. A primeira é uma forma de remuneração (premiação) pelos serviços ambientais prestados

³ Fonte: Governo de Minas Gerais

pelos proprietários e posseiros rurais. A segunda visa ao repasse de um montante menor de recursos financeiros e o repasse de insumos para os beneficiados restaurarem, recomporem ou recuperarem a área com espécies nativas.

Além disso, como um programa de política pública, pretende-se que o Bolsa Verde se consolide em todo o território do Estado de Minas Gerais, de forma permanente e universal, acessível a todos os posseiros e produtores rurais que aceitem se vincular ao processo nos termos da legislação.

1.5. REDD+

O conceito de REDD surgiu no âmbito da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) em 2003, quando um grupo de instituições não-governamentais brasileiras propôs um mecanismo de redução compensada de emissões. Em 2005, um grupo de Países propôs a criação de um mecanismo de mitigação baseado na Redução de Emissões por Desmatamento – RED.

Com o amadurecimento dos debates, surgiu a necessidade de incluir a degradação florestal e, posteriormente, abranger países que detêm estoques florestais e não apenas os que possuem florestas sob determinado grau de ameaça, com isso a sigla evoluiu para REDD.

Em 2007, durante a 13ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP-13), em Bali, foi adotado o Plano de Ação de Bali, que determinou o REDD como um dos potenciais instrumentos de mitigação de mudanças climáticas. O conceito foi ampliado para REDD+, ou seja, além das reduções por desmatamento e degradação, passou a abranger também o papel da conservação florestal, do manejo florestal sustentável e do aumento dos estoques de carbono.

Em síntese, REDD+ abrange as seguintes ações:

1. redução das emissões oriundas de desmatamento;
2. redução das emissões oriundas de degradação florestal;
3. conservação dos estoques de carbono florestal;
4. manejo florestal sustentável;
5. fortalecimento dos estoques de carbono florestal.

A redução da emissão de gases de efeito estufa por meio de projetos de desmatamento evitado e conservação florestal pretende ser uma

alternativa viável de mitigação às mudanças climáticas cujos resultados podem gerar benefícios adicionais além do aumento ou da manutenção dos estoques de carbono, como por exemplo, a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e a melhoria das condições de vida de populações tradicionais.

Enquanto não havia uma definição concreta sobre o futuro mecanismo de REDD+, muitas iniciativas, programas e projetos por parte de governos, ONGs e pessoas jurídicas ou físicas surgiram aleatoriamente em todo o mundo, de forma voluntária e em alguns casos desvinculada das negociações internacionais. Assim como o Brasil, a maioria dos países ainda não possui uma regulamentação específica para essa natureza de projetos. Todos estão passando por processos de discussão e definição de seus respectivos marcos regulatórios sobre o tema.

Na COP-16, em Cancun, 2010, o mecanismo de REDD+ teve seu conceito, diretrizes, salvaguardas e principais regras para a sua implementação aprovadas no âmbito do Acordo de Cancun. O REDD+ é agora um mecanismo de mitigação voluntário dos países em desenvolvimento no âmbito da UNFCCC e contará com o apoio técnico e financeiro dos países desenvolvidos.

Em 2008, no Brasil, foi criado o Fundo Amazônia, através de Decreto do Presidente da República. O Fundo é administrado pelo BNDES. O governo da Noruega vai doar ao Fundo até US\$ 1,0 bilhão, em seis anos, para remunerar e apoiar a redução do desmatamento na Amazônia. O Fundo baseia-se nas taxas de desmatamento da Amazônia apuradas pelo sistema PRODES de monitoramento e numa estimativa conservadora de estoque de carbono para determinar sua capacidade de captação. Os recursos captados são direcionados a projetos de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento, áreas protegidas, atividades produtivas sustentáveis e pesquisa e desenvolvimento na Amazônia.

1.6. Acre – Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA

O Estado do Acre, por meio da Lei Estadual nº 2.308, de 2010, criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA e o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbono, um modelo de REDD adaptado às características locais.

O SISA tem como objetivo fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços e produtos ecossistêmicos:

- I. o sequestro, a conservação, manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- II. a conservação da beleza cênica natural;
- III. a conservação da sociobiodiversidade;
- IV. a conservação das águas e dos serviços hídricos;
- V. a regulação do clima;
- VI. a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
- VII. a conservação e o melhoramento do solo.

O Sistema será financiado por Fundo contábil, com recursos orçamentários, dos Fundos de Meio Ambiente e de Floresta do Acre, além do aporte de recursos provenientes de acordos bilaterais ou multilaterais sobre o clima; de doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas; de fundos públicos nacionais, tais como o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima; da comercialização de créditos relativos a serviços e produtos ambientais.

Para a institucionalização do Sistema será criado um Instituto de Regulação, Controle e Registro, com competência para estabelecer as normas complementares do SISA, aprovar e homologar as metodologias de projetos, efetuar o pré-registro e o registro dos subprogramas, planos de ação e projetos especiais, bem como a emissão e registro dos serviços e produtos ecossistêmicos.

Terá por competência, ainda, o controle e o monitoramento da redução de emissões de gases de efeito estufa, dos planos e projetos dos programas e o cumprimento de suas metas e de seus objetivos.

Está prevista a criação também da Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre como Instrumento de Execução do SISA sociedade de economia mista em forma de sociedade anônima, que terá a função de fomentar e desenvolver projetos de serviços ambientais.

Do ponto de vista tributário e fiscal, a legislação estadual autoriza o Poder Executivo a estipular tratamento diferenciado e isenções nas operações de compra de equipamentos destinados aos projetos vinculados ao SISA e à venda de produtos resultantes do fomento das cadeias

produtivas sustentáveis, além de outros casos relacionados no SISA e que estejam vinculados ao Sistema. Permite-se, além, o agravamento tributário e a redução ou revogação de benefício fiscal referentes à aquisição de equipamentos vinculados a atividades que resultem em desmatamento ou contribuam negativamente para o desenvolvimento e incremento dos serviços e produtos ecossistêmicos.

Programa ISA Carbono – Uma proposta de REDD Subnacional

A Lei institucionaliza o Programa ISA Carbono do Estado do Acre, que tem por objetivo geral promover a redução progressiva, consistente e permanente das emissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento e degradação florestal, com vistas ao alcance da meta voluntária definida no âmbito do Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre.

2. MANEJO FLORESTAL (MADEIREIRO E NÃO-MADEIREIRO) COMUNITÁRIO

2.1. Manejo Florestal

O Manejo Florestal compreende um conjunto de técnicas empregadas para a colheita criteriosa de parte das árvores grandes, de tal maneira que as menores sejam protegidas para colheitas futuras. O manejo de bacias hidrográficas, o lazer, a educação ambiental e a conservação da fauna e da flora passaram a ser parte do manejo florestal, ampliando o conceito de uso múltiplo.

O código florestal brasileiro de 1965 definiu que as florestas da Amazônia só poderiam ser utilizadas através de plano de manejo.

No início dos anos 90 que começaram a ser implementados planos de manejo florestal na Amazônia. O desenvolvimento das técnicas de exploração e condução da floresta, sensoriamento remoto, tecnologia de produtos florestais e capacidade de armazenamento e processamento de informações possibilitaram a consolidação do Manejo Florestal em florestas tropicais.

O manejo das florestas envolve produção, rentabilidade, segurança no trabalho, respeito à legislação, logística de mercado, conservação florestal e serviços ambientais.

O manejo florestal garante a sustentabilidade da exploração e produção de madeira. Os benefícios econômicos do manejo superam os custos. Os benefícios decorrem do aumento da produtividade do trabalho e da redução dos desperdícios de madeira.

Há redução dos riscos de acidentes de trabalho. Os riscos em projetos piloto de manejo florestal foram 17 vezes menores se comparado às situações de perigo na exploração predatória.

O manejo florestal é obrigatório por lei. As empresas que não fazem manejo estão sujeitas a diversas penas. Embora a ação fiscalizatória tenha sido pouca efetiva até o momento, o processo de monitoramento está aumentando. Com a adoção dos planos de manejo, as empresas e produtores podem obter um certificado, um “selo verde”, cada vez mais exigido pelos grandes compradores de madeira, especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

Além dos benefícios comerciais, a prática do manejo sustentável garante a conservação de espécies animais e vegetais, contribuindo assim para o equilíbrio do clima regional e global, especialmente pela manutenção do ciclo hidrológico e retenção de carbono.

O manejo florestal promove o desenvolvimento sustentável, incluindo-se aí a conservação florestal e a construção da cidadania.

2.2. Manejo Florestal Comunitário

Florestas Públicas Comunitárias são aquelas habitadas ou usadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No Brasil, estas florestas tem significativa importância, em função de sua abrangência – ocupam cerca de 136 milhões de hectares (incluindo terras indígenas) – e de sua relevância social e econômica, pois o uso destas florestas gera produtos e renda para mais de 2 milhões de habitantes.

Existe uma ampla diversidade na organização social e cultural das comunidades que vivem da floresta, bem como na forma de uso dos recursos florestais. Há comunidades indígenas vivendo em florestas nos diferentes biomas brasileiros; comunidades extrativistas – como quebradeiras de coco e coletores de castanha – vivendo ou não em Reservas

Extrativistas; comunidades quilombolas em diferentes fases de regularização do território; assentamentos em áreas florestais, entre muitos outros. O uso dos recursos florestais depende da diversidade das florestas e dos arranjos locais existentes para consumo e comercialização.

Para muitas comunidades, a floresta é essencial para a sobrevivência econômica e manutenção da identidade cultural. Atualmente, 57% das florestas públicas existentes no país são florestas comunitárias, segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

2.2.1. Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM)

PFNM são recursos ou produtos biológicos da flora – que não a madeira – obtidos das florestas para subsistência ou para comercialização. Eles podem vir de florestas naturais, primárias ou secundárias, florestas plantadas ou sistemas agroflorestais. PFNMs abrangem uma ampla gama de produtos incluindo plantas medicinais, fibras, resinas, tipos de látex, óleos, gomas, frutas, castanhas, temperos, tinturas, rattan, bambu etc.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior (MDIC), os produtos não-madeireiros incluídos nas estatísticas de exportação são: palmito de açaí, castanha-do-pará, óleos essenciais, sementes, gomas, cascas e folhas.

2.2.2. Mapa do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF)

Realizado no biênio 2009/2010, o levantamento identificou 1.213 iniciativas de MFCF das quais 902 iniciativas lidam com manejo florestal madeireiro e, pelo menos, 325 lidam com produtos florestais não-madeireiros (PFNMs). Em relação aos PFNMs, o estudo considerou as seguintes espécies: açaí, andiroba, babaçu, buriti, castanha-do-brasil, copaíba e seringueira. Estas espécies foram responsáveis por 48,4% dos R\$ 635,7 milhões gerados por PFNMs em 2008, segundo dados do IBGE.

O Amazonas foi o estado com maior número de iniciativas de MFCF madeireiro identificadas, seguido pelo Pará, Acre, Rondônia e Amapá, respectivamente. Nenhum caso de MFCF madeireiro foi detectado no estado do Maranhão. Quanto aos PFNMs, o Pará liderou em número de iniciativas de MFCF, seguido pelo Amazonas, Acre e Maranhão (empatados), Rondônia e Amapá, respectivamente.

As espécies florestais de uso não-madeireiro mais presentes nas iniciativas de MFCF foram, respectivamente: o açaí, a castanha-do-brasil e o látex da seringueira, seguidos pelo buriti, copaíba e andiroba e, em último lugar, com menor número de iniciativas identificadas, o babaçu.

2.2.3. Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMFC) do Serviço Florestal Brasileiro

O Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMFC) foi criado para coordenar as ações de gestão e fomento ao manejo florestal sustentável voltadas para os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras. O Programa foi instituído no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 5 de junho de 2010, pelo Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009.

O manejo florestal é uma promissora alternativa de renda para as comunidades rurais, ao mesmo tempo em que alia o uso eficiente e racional das florestas ao desenvolvimento sustentável local, regional e nacional. No entanto, o MFC ainda enfrenta diversos entraves, tais como: a ausência de regularização fundiária, a dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito, a lentidão na aprovação de planos de manejo e a inadequação das exigências para aprovação à realidade dos comunitários, a reduzida escala de produção e a precária infraestrutura para garantir o fluxo e o beneficiamento dos produtos florestais.

O programa vai permitir que ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados e agricultores familiares recebam capacitação, apoio técnico e recursos financeiros para trabalhar a floresta de forma sustentável a partir dos planos de manejo comunitário.

O público potencial do programa envolve os habitantes de quase 60% dos 210 milhões de hectares de florestas públicas do Brasil, o que inclui cerca de 512 mil indígenas que vivem em 105 milhões de hectares de terras, 3.524 comunidades quilombolas já mapeadas pela Fundação Cultural Palmares e 545 mil famílias assentadas na Amazônia Legal.

2.2.4. Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar 2011: ações na Caatinga e na Amazônia

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 2011 apoia ações em 187 municípios de 13 estados das regiões Norte e

Nordeste. Os investimentos em projetos nos biomas da Amazônia e da Caatinga devem totalizar R\$ 40 milhões, sendo R\$ 5 milhões destinados ao crédito por meio do Pronaf Floresta. Cerca de 21.800 famílias devem ser beneficiadas.

Entre as ações planejadas pelo PAMFC 2011 estão: cursos de gestão de empreendimentos comunitários, assistência técnica e extensão rural com foco em atividades florestais, capacitação em manejo florestal comunitário e apoio na comercialização de produtos. O Plano abrange ainda a realização de um diagnóstico sobre programas e linhas de crédito, avaliação de demandas de infraestrutura para processar e comercializar a produção das comunidades, mapeamento de mercado e análise das normas para o manejo florestal comunitário, entre diversas outras ações.

No Nordeste, serão atendidos agricultores familiares ligados a 37 projetos de assentamento do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que produzem lenha e carvão, além de comunitários que trabalham com a extração do pó da carnaúba e com frutos da Caatinga.

Na Amazônia, parte das ações do Plano são voltadas para a regularização fundiária de áreas onde existem comunidades. A regularização é pré-requisito para que se possa apresentar um plano de manejo (documento que descreve a área florestal, suas características e como a floresta será usada). Também será feito um diagnóstico da situação dos planos de manejo protocolados nos órgãos ambientais estaduais e haverá contratação de assistência técnica para o manejo florestal, capacitações, intercâmbios de experiências entre os agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

2.3. Estado do Amazonas – Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala

O Estado do Amazonas criou a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis – AFLORAM, com o objetivo de promover a produção madeireira, não-madeireira e de produtos da fauna e o desenvolvimento de novos mercados para os produtos da floresta.

2.3.1. Manejo Florestal em pequena escala

A Agência oferece assistência técnica às comunidades e pequenos proprietários, com o objetivo de fomentar o manejo florestal, para produção madeireira, em pequena escala. Foram elaborados mais de 600

Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala. Muitos já foram licenciados pelo Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia – IPAAM, e entraram em operação em 34 municípios do Estado.

O Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala está voltado para detentores de terras com até 500 hectares, com a admissão apenas de um único plano de Manejo por pessoa. O objetivo da simplificação é viabilizar uma renda extra com a extração legal da madeira.

2.3.2. Produtos não-madeireiros

A Agência apoia comunidades extrativistas e microempresários que trabalham com produtos florestais não madeireiros como: óleos vegetais, sementes, frutos, cipós, resinas, fibras, castanha, entre outros. Estimula a formação de arranjos produtivos locais, apoia o associativismo, atua na captação de recursos para viabilizar infraestruturas básicas de produção; orienta a concessão do crédito para potencializar o uso dos recursos florestais; promove cursos tecnológicos para qualificação profissional; cria cooperações técnicas e implanta ações de viabilização de transferência tecnológica. A partir da otimização dos métodos de extração, transformação e comercialização dos produtos florestais não-madeireiros a Agência favorece a elevação do poder aquisitivo e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais do Estado.

Exemplos de produtos apoiados:

Beneficiamento do açaí

Identificação e disseminação de técnicas básicas, já validadas, de beneficiamento artesanal do açaí, com objetivo de incentivar a melhoria da qualidade do produto final nas unidades familiares do interior do Estado. Entre as ações adotadas estão a desinfestação de frutos e higienização, bem como técnicas de congelamento para conservação da polpa na entressafra. Estão sendo financiados 17 projetos pelo para a melhoria da infra-estrutura de beneficiamento do vinho de açaí nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

Extração industrial de óleos vegetais

Agência de Florestas dissemina tecnologias de e capta recursos para viabilizar a infraestrutura necessária para a extração e processamento

industrial dos óleos de andiroba, uricuri, virola, murumuru em favor das comunidades que vivem nas áreas de ocorrência natural dessas espécies.

Coleta e armazenamento da castanha

A castanheira representa uma das maiores fontes de renda das comunidades extrativistas do Amazonas. As amêndoas desta árvore imperiosa são extremamente valorizadas no mercado interno e, principalmente, no externo. Com a ocorrência do fungo que deprecia o produto no mercado consumidor, a Agência de Florestas investiu na disseminação para vários municípios do Estado, de técnicas adequadas de coleta, armazenagem e transporte, que reduzem para níveis insignificantes a ocorrência de contaminação, garantindo qualidade do produto final e assegurando preços justos para os extrativistas das regiões com potencial de produção.

Subvenção Econômica da Borracha

A tendência mundial em rejeitar produtos sintéticos, considerados poluentes e nocivos à natureza, e valorizar atividades ambientalmente corretas, cria oportunidades para revitalizar o extrativismo do látex de seringueira.

O Programa de Subvenção da Borracha proporcionou um aumento considerável da produção de borracha do Estado a partir de 2002, quando até então a curva de produção era decrescente. Com a política do programa Zona Franca Verde, idealizado pelo Governo do Estado, o Programa de Subvenção foi intensificado.

Além de incentivar a atividade, o desenvolvimento do Programa também já proporcionou a reativação de duas usinas de beneficiamento e ainda o retorno das atividades de coleta de látex por ex-seringueiros que estavam trabalhando no garimpo, como em Manicoré, no rio Madeira.

Manejo de animais silvestres

Os animais silvestres têm importância econômica na obtenção de renda, seja pelo comércio deles vivos ou ainda em produtos e subprodutos. Muitos destes animais fazem parte do hábito alimentar dos moradores das comunidades rurais do interior do Estado. No entanto, o comércio clandestino ainda é um dos principais problemas, não apenas no Amazonas como em todo o Brasil, o que torna as leis mais restritivas

não favorecendo aqueles produtores ou comunidades que desejam trabalhar legalmente.

A Agência apoia a elaboração de planos de manejo de fauna silvestre, fornecendo treinamento e assistência técnica a produtores e comunidades interessadas, o que contribui para a conservação e a preservação das espécies e a diminuição da caça predatória. Também fomenta atividades como a criação de abelhas melíponas e manejo de jacaré e contribui para o aprimoramento da legislação que envolve o manejo de fauna.

Manejo e conservação de jacarés

O Brasil, em especial o Estado do Amazonas, já foi responsável pela produção de milhões de peles de jacarés. Esta prática representava uma importante fonte de recursos para o país e principalmente para as populações rurais. Atualmente, mesmo possuindo um dos maiores estoques de jacarés do planeta, o Brasil participa com uma parcela muito pequena do mercado internacional de crocodilianos e o volume de negócios legais no mercado interno é inexpressivo. O mercado mundial de peles está avaliado em US\$ 200 milhões anuais e a carne, que sempre foi considerada subproduto, apresenta grande potencial para assumir papel de destaque no mercado crescente de carnes exóticas e produtos orgânicos.

A Agência desenvolve projeto para revitalizar negócios a exploração sustentável do jacaretinga (*Caiman crocodilus*) e do jacaré-açu (*Melanosuchus niger*). O programa caracteriza-se por tratar, de maneira integrada, todos os componentes da cadeia produtiva da carne e do couro, visando garantir sua sustentabilidade e seu valor como mecanismo de conservação.

Manejo e conservação de quelônios

Os quelônios, popularmente conhecidos como tartarugas, tracajá, jaboti, etc. são aproveitados como fonte de alimento e geração de renda pelas populações ribeirinhas. A Agência de Florestas coordena e apoia as atividades relativas ao manejo e criação de quelônios no Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas tem 78 criadouros registrados.

2.4. Acre – Manejo florestal madeireiro

A Lei Florestal do acre foi aprovada em 2001. A Lei estabeleceu as normas para o uso sustentável das florestas, inclusive com a previsão da

exploração por meio das modalidades de manejos, e criou o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas.

O Acre foi o primeiro Estado do Brasil a fazer uma Concessão Florestal Comunitária não-onerosa de dois mil hectares, atendendo 55 famílias da Floresta Estadual do Antimary, gerando renda anual de cerca de R\$ 10 mil para cada família.

O Programa de Manejo Florestal Comunitário do Estado beneficia 510 famílias. No total, são 100 mil hectares de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis, dos quais 22 mil hectares são de áreas certificados pela FSC (Forest Stewardship Council).

Atualmente há 26 associações, que exercem a atividade de manejo florestal comunitário, com exploração de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros. A madeira oriunda de manejo já supre a maior parte das demandas da indústria florestal local. A madeira manejada também vai para os mercados de São Paulo e até da Europa.

O manejo florestal comunitário tem significativa importância, em função de sua abrangência e de sua relevância social e econômica, pois o uso dessas florestas gera produtos e renda para as comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

2.5. Manejo florestal na Caatinga

No semiárido, o manejo florestal da vegetação nativa (“caatinga”) surge como uma alternativa sustentável que alia a conservação dos recursos naturais com a geração de renda. Já há disponível na região sistemas de manejo florestal desenvolvidos e testados para garantir a produção sustentável de lenha, carvão e outros produtos madeireiros e não-madeireiros, permitindo ainda a integração com a pecuária extensiva. O manejo florestal apresenta-se especialmente como alternativa de trabalho e renda no período seco. A biomassa florestal na região Nordeste brasileira participa com aproximadamente 30% do balanço energético regional e não apresenta tendência clara de redução. Dentro deste contexto, existe, portanto, um mercado real para escoamento da produção florestal legalizada através de Planos de Manejo Florestal Sustentado. Trabalhos recentes em um conjunto de Assentamentos do Sertão de Pernambuco, com manejo florestal, têm demonstrado que em média 32% dos Projetos de Assentamento são ocupados por áreas “não-produtivas” (preservação permanente, Reserva Legal) enquanto que as áreas com agricultura representam em média 21%. As áreas de vegetação nativa para manejo

da caatinga ocupam em média 28% oferecendo a geração de 602 dias homens de trabalho em média por assentamento e uma renda familiar média anual de R\$ 890,00. Além de garantir uma cobertura florestal de mais de 50%, o manejo da caatinga permite uma fonte de renda complementar significativa para as famílias assentadas.

2.5.1. Fundos ambientais fomentam uso sustentável para conservar caatinga

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), fomentarão o uso sustentável da caatinga, por meio de projetos a serem apoiados com recursos não reembolsáveis destes fundos. Cerca de R\$ 3 milhões serão destinados aos projetos, que podem ser enviados até 27 de maio de 2012.

Podem ser apoiadas iniciativas de assistência para o manejo florestal comunitário e familiar em assentamentos, de capacitação de estudantes de cursos técnicos e de agentes de assistência técnica rural, e de aprimoramento da eficiência energética no uso dos recursos da caatinga no setor industrial.

3. ENERGIA EÓLICA

O aproveitamento da força dos ventos, iniciado de maneira tímida no país no final da década de 90, nos últimos dois anos começou a mostrar que fará diferença no abastecimento nacional. A energia eólica entrou definitivamente na matriz energética brasileira e deve crescer sete vezes em volume nos próximos três anos, saindo dos atuais 1.114 megawatts (MW) para 7.098 MW em 2014 (Empresa de Pesquisa Energética (EPE)). A partir de 2005, ano que marca a escalada do crescimento da produção eólica, o preço do MW caiu de R\$ 300 para R\$ 99,50 no último leilão este ano.

A geração de energia elétrica por meio de turbinas eólicas constitui uma alternativa para diversos níveis de demanda. As pequenas centrais podem suprir pequenas localidades distantes da rede, contribuindo para o processo de universalização do atendimento. Quanto às centrais de grande porte, estas têm potencial para atender uma significativa parcela

do Sistema Interligado Nacional (SIN) com importantes ganhos: contribuindo para a redução da emissão, pelas usinas térmicas, de poluentes atmosféricos; diminuindo a necessidade da construção de grandes reservatórios; e reduzindo o risco gerado pela sazonalidade hidrológica, à luz da complementaridade citada anteriormente.

Os principais polos estão no sul do país, no litoral nordestino e, mais recentemente, no interior do Nordeste, na Chapada Diamantina. O potencial eólico estimado é de 143 000 MW. Isso é mais do que toda a energia eólica gerada no mundo até hoje. A indústria do vento tem se mostrado rentável mundialmente não só como forma complementar de energia elétrica mas também como motor de crescimento para as economias. A cada MW de energia eólica gerado, o potencial é de 200 novos postos de trabalho criados.

O Banco do Nordeste é uma das organizações que apoiam projetos de energia eólica por acreditar que essa indústria pode fomentar o desenvolvimento da região. Hoje, com a seca, o Nordeste importa energia de outros lugares e os recursos deixam a região. Se os projetos de eólica forem apoiados, esse dinheiro poderá permanecer na região. Até hoje, o banco financiou 2,4 bilhões de reais em projetos que já estão em andamento e está participando de um fundo juntamente com o Banco do Brasil e o BNDES da ordem de 300 milhões de reais. Parte desses recursos poderá apoiar a atração de empresas que querem investir em parques de vento e mesmo fabricantes de equipamentos na região.

Na Bahia, numa área de 150 quilômetros de extensão, a paisagem do interior está mudando. Entre os municípios de Guanambi, Caetitê e Igaporã, no sudoeste do estado, 184 cataventos gigantes serão instalados até julho de 2012. Distribuídos em 14 parques eólicos, os geradores deverão suprir o consumo de energia elétrica de 1,5 milhão de pessoas – o equivalente a 10% da população baiana. Em 2016, deverão operar ali 50 parques, com potencial de 1 100 megawatts. A capacidade total das eólicas no Brasil então alcançará o equivalente à metade da usina de Itaipu. A qualidade dos ventos vai tornar a eólica a segunda fonte energética brasileira, segundo a Renova Energia, primeira empresa do setor a abrir o capital na Bovespa, responsável pelo investimento de 3,7 bilhões de reais na estrutura de parques da Bahia, que deverá se transformar na maior da América Latina.

4. TURISMO

Segundo a OMT, o Turismo é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. Além disto, é uma das atividades econômicas que demanda o menor investimento para a geração de trabalho. Segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, a hotelaria, um segmento intensivo em mão de obra e com grande participação na atividade turística, demanda cerca de R\$ 16.198,60 do valor de produção da atividade para a geração de uma unidade de emprego. Valor este bem menor do que o demandado por outros setores econômicos, tais como indústria têxtil (R\$ 27.435,20), construção civil (R\$ 28.033,00) e siderurgia (R\$ 68.205,90).

De acordo com metodologia da OMT e os dados da RAIS, o mercado formal de trabalho nas Atividades Características do Turismo – ACTs, no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas, em 2002, para 2,27 milhões de pessoas empregadas em 2008, o que representa um crescimento da ordem de 32,70% em seis anos. No ano de 2008, este número correspondeu a 5,76% do total de empregos formais acumulados no País.

O aumento da renda média e do consumo das famílias e a emergência de uma nova classe média no Brasil constituem uma oportunidade ímpar de fortalecimento deste mercado e de reconhecimento do Turismo como importante fator de desenvolvimento econômico e social.

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome e à garantia de sustentabilidade ambiental.

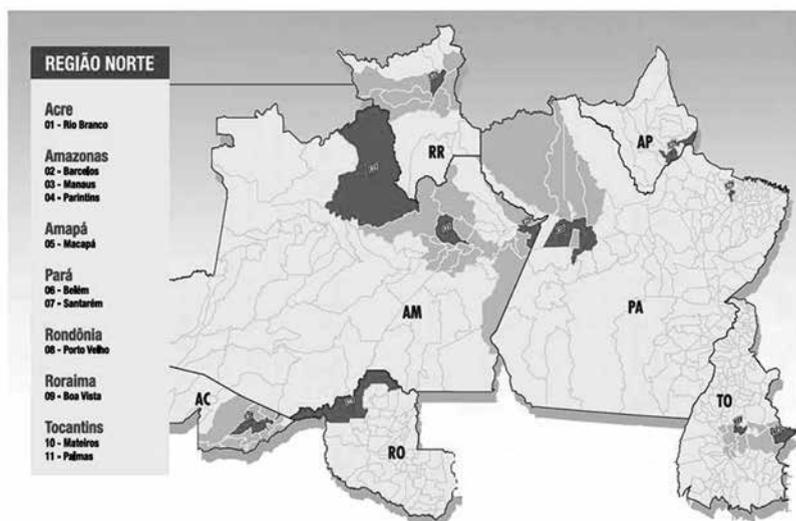
4.1. Plano Nacional de Turismo – Programa de Regionalização do Turismo

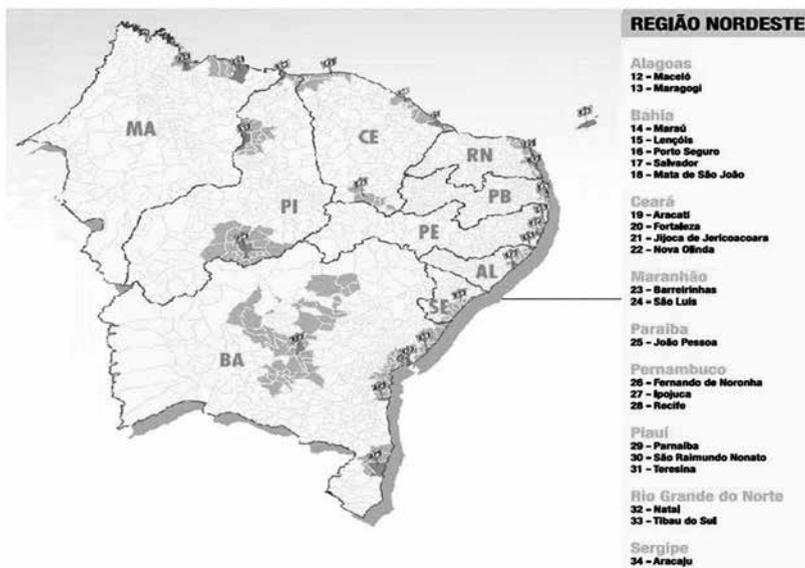
A estruturação da oferta turística pode ser potencializada se considerada em sua dimensão regional, onde diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, no qual cada peculiaridade local

pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente.

Em função da diversidade de destinos turísticos do País, o Ministério optou por uma estratégia de priorização, que permitisse foco e potencialização dos recursos disponíveis. Para isso, foi definido o conceito de destino indutor, que é aquele capaz de induzir o desenvolvimento regional.

Como resultado foram selecionados 65 destinos considerados indutores. Destes, 11 estão localizados na região Norte e nada menos do que 23 na região Nordeste.





O turismo é uma atividade que, em princípio, causa um impacto ambiental muito menor do que exploração madeireira ou a agropecuária. Além disso, é um grande promotor de outras atividades econômicas. Se planejada de modo a equilibrar o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, a atividade, além de oferecer benefícios econômicos, pode gerar ganhos ambientais, culturais e sociais.

5. SANEAMENTO BÁSICO

Os dados mostram que, apesar dos avanços observados nos últimos anos, será ainda necessário muito investimento nos próximos anos para assegurar à população das regiões Norte e Nordeste níveis adequados de saneamento ambiental, o que é fundamental para a saúde e qualidade de vida.

5.1. Abastecimento de água

A Tabela 1 resume a evolução da cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição nos municípios brasileiros. Entre a pesquisa efetuada em 1989 e a de 2008, observasse um crescimento de 3,5% nessa cobertura que, em 2008, alcançou a marca de 99,4% dos municípios do País. O maior avanço nesses 19 anos ocorreu na Região Norte, que aumentou de 86,9% dos municípios com o referido serviço para 98,4%, representando um acréscimo de quase 12 pontos percentuais. Ressalta-se que a Região Sudeste foi a única que apresentou a totalidade dos municípios que a integram abastecidos por rede geral de distribuição de água, em pelo menos um distrito ou parte dele.

Tabela 1 – Municípios com serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição, segundo as Grandes Regiões – 1989/2008

Grandes Regiões	Municípios com serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição					
	1989		2000		2008	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Brasil	4245	95,9	5391	97,9	5531	99,4
Norte	259	86,9	422	94	442	98,4
Nordeste	1371	93,8	1722	96,4	1772	98,8
Sudeste	1429	99,9	1666	100	1668	100
Sul	834	97,3	1142	98,5	1185	99,7
Centro-Oeste	352	92,9	439	98,4	464	99,6

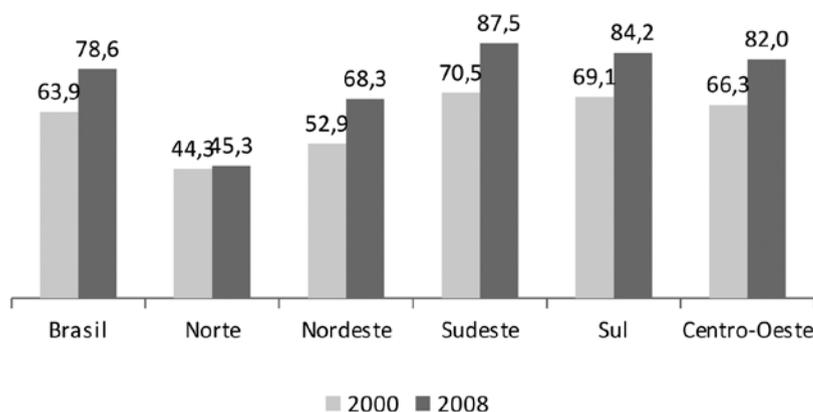
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2008

Notas: 1. Considera-se o município em que pelo menos um distrito (mesmo que apenas parte dele) é abastecido por rede geral de distribuição de água.

2. O total de municípios era de 4425, de 5507 e 5564, em 1989, 2000 e 2008, respectivamente.

Em 2008, dos 33 municípios sem rede geral de abastecimento de água em pelo menos um distrito, 21 (63,3%) localizavam-se na Região Nordeste, com destaque para os Estados da Paraíba (11 municípios) e Piauí (5); e sete (21,2%) na Região Norte, com destaque para o Estado de Rondônia (4 municípios).

Gráfico 1 – Domicílios abastecidos de água por rede geral, segundo as Grandes Regiões – 2000/2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000/2008.

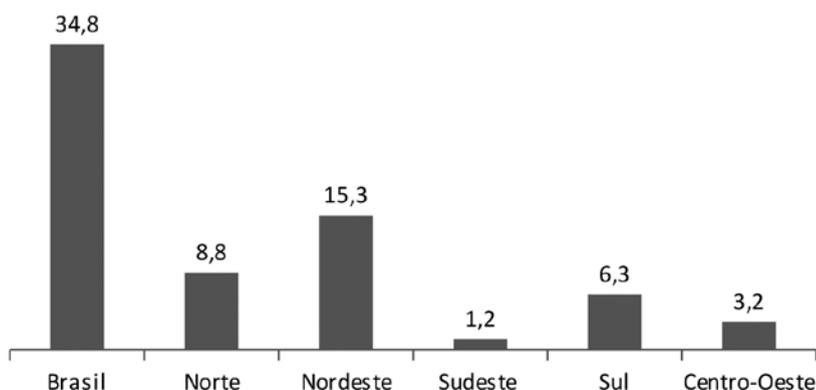
O déficit na prestação do serviço de abastecimento de água continuou elevado, com aproximadamente 12 milhões de residências no País sem acesso à rede geral. O problema foi mais crítico na Região Norte, onde cerca de 54,7% dos domicílios encontravam-se nessa situação, seguida das Regiões Nordeste (31,7%), Centro-Oeste (18,0%), Sul (15,8%) e Sudeste (12,5%). Em 16 das 27 Unidades da Federação, a proporção de domicílios sem oferta do serviço foi igual ou superior ao da média Brasil (21,4%), sendo os Estados de Rondônia (73,4%), Acre (64,2%), Pará (63,6%) e Amapá (59,4%) os que mais sofreram com esse tipo de problema.

5.2. Esgoto

O contingente populacional sem a cobertura desse serviço, considerando-se apenas os municípios sem rede coletora, era de aproximadamente 34,8 milhões de pessoas, ou seja, em 2008, cerca de 18% da população brasileira estava exposta ao risco de contrair doenças em decorrência da inexistência de rede coletora de esgoto. O Nordeste era a região onde a falta de rede coletora de esgotamento sanitário era mais grave, atingindo algo próximo a 15,3 milhões de habitantes, com a escassez do serviço sendo maior nos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Em segundo lugar, figurou a Região Norte do País, com cerca de 8,8 milhões

de pessoas sem rede de coleta de esgoto, das quais 60% concentradas no Estado do Pará.

Gráfico 2 – Número de pessoas sem acesso à rede coletora de esgoto, segundo as Grandes Regiões – 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

5.3. Resíduos sólidos

Os municípios com serviços de manejo dos resíduos sólidos situados nas Regiões Nordeste e Norte registraram as maiores proporções de destinação desses resíduos aos lixões – 89,3% e 85,5%, respectivamente – enquanto os localizados nas Regiões Sul e Sudeste apresentaram, no outro extremo, as menores proporções – 15,8% e 18,7%, respectivamente.

Na Região Norte, destacaram-se, nesse sentido, os municípios do Estado do Pará, onde a destinação dos resíduos aos lixões foi praticada em 94,4% deles. Na Região Nordeste, os destaques negativos couberam aos municípios dos Estados do Piauí, Maranhão e Alagoas: 97,8%, 96,3% e 96,1%, respectivamente.

Audiência Pública Realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – propostas para a Rio+20: economia verde e erradicação da pobreza na Amazônia e no Nordeste

Expositores:

EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20.

DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, membro da Frente Parlamentar de Agropecuária, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias;

DEPUTADO SARNEY FILHO – Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Líder do Partido Verde e Presidente da Subcomissão Especial Rio+20;

DEPUTADO ALFREDO SIRKIS – Presidente da Subcomissão Especial Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;

SORAYA EL-DEIR – Professora do Departamento de Tecnologia Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); e

JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Professor da Universidade Federal do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Boa tarde a todas as companheiras e todos os companheiros, convidados, Deputados aqui presentes.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em atendimento aos Requerimentos nºs 138, de 2012, de autoria do Deputado Henrique Afonso, e 126, de 2012, de minha autoria, para debater propostas para a Rio+20: *Economia Verde e Erradicação da Pobreza da Amazônia e no Nordeste*.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar todos os presentes e, em especial, os senhores expositores.

Convido para compor a Mesa e debater o tema desta audiência o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20 e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuário, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, membro da Frente Parlamentar de Agropecuária, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias; o Sr. Deputado Alfredo Sirkis, Presidente da Subcomissão Especial Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; a Sra. Soraya El-Deir, Professora Doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Consultora do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e pesquisadora líder do Grupo de Gestão Ambiental no Estado de Pernambuco.

Dando continuidade à presente reunião, quero retransmitir a todos as escusas do Deputado Henrique Afonso, que também é autor de um dos requerimentos que deu origem a esta audiência. O Deputado encontra-se em uma viagem ao Estado do Acre, o qual representa nesta Casa, para atender ao compromisso urgente de sua agenda institucional.

O Deputado Sarney Filho, neste momento, está abrindo os trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da qual é Presidente, e logo também estará presente no recinto.

Esclareço às senhoras e senhores expositores, às Sras. e Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por esse motivo, solicito aos oradores que falem ao microfone.

As Sras. e Srs. Deputados somente poderão fazer interpelações após o encerramento das exposições, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado, igual tempo para responder.

Os apartes e as interpelações deverão ser feitos estritamente quanto ao assunto objeto desta audiência pública, nos termos regimentais.

Peço, ainda, aos expositores que assinem a autorização para publicação e utilização, pela Câmara dos Deputados, de suas imagens e vozes gravadas no decorrer deste evento.

Passo, então, a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20 e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

V.Exa. tem 10 minutos para fazer sua exposição.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Wilson Filho; Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que venho novamente a esta Casa, que é a Casa do Povo brasileiro, falar sobre um tema que me cala muito de perto, que é a Conferência Rio+20, que ocorrerá, como se sabe, a partir do próximo dia 13 de junho até o dia 22 do mesmo mês.

A Rio+20 é uma conferência de características muito especiais. Ela é a quarta conferência de uma família de conferências das Nações Unidas que se debruça sobre o tema da sustentabilidade. A primeira tendo sido em Estocolmo, em 1972; seguida pelo Rio de Janeiro, 20 anos depois, em 1992; por sua vez, seguida pela Cúpula de Joanesburgo, em 2002; e agora a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20.

Trata-se de uma Conferência cujo temário é: *O Resgate do Conceito de Desenvolvimento Sustentável*, como foi estabelecido pela Rio-92. Naquela altura, houve uma profunda consciência de que não há de se pensar em sustentabilidade se não houver uma verdadeira simbiose entre as ações na área econômica, social e ambiental. A noção de que não há sustentabilidade com fome, a noção de que não há sustentabilidade com recessão econômica e a noção de que não há sustentabilidade com destruição ambiental.

Essa ideia chave, ideia mestra, estabelecida em 1992, vai ser reforçada em 2012. A ideia é lançar um olhar para esses últimos 20 anos e, portanto, buscar compreender o que deu certo e o que não deu certo.

Ao mesmo em tempo que lançamos um olhar sobre esses últimos 20 anos, temos que, com base nisso, lançar um segundo olhar para os próximos 20 anos. Daí porque o texto que se negocia no âmbito das Nações Unidas como resultado mais palpável da Conferência se chama *O Futuro que Queremos*. E é um futuro que seja, em grande medida, diferente do presente que nós temos.

Não é difícil verificar que a maioria das sociedades pratica padrões de produção e consumo pouco sustentáveis; não é difícil verificar que modelos de desenvolvimento aplicados pelos países levam a crises múltiplas, como nós estamos encontrando nas três áreas do desenvolvimento sustentável: crises na área econômica, crises na área social e crises na área ambiental.

É, portanto, fundamental que esse olhar traga soluções no sentido do mundo que nós queremos. Daí porque a Conferência, como eu disse antes, é um momento único para discutirmos a fundo esses temas. Sendo um momento único, é uma Conferência que deixará, sem dúvida alguma, um legado importante não só para a sociedade brasileira como para a sociedade mundial.

É inegável, falando da sociedade brasileira, por exemplo, que a Rio-92 deixou o Brasil diferente, deixou um Brasil e uma sociedade brasileira com uma preocupação de sustentabilidade que não havia antes em termos tão pronunciados.

É inegável que uma conferência do porte da Rio+20 deixará esse mesmo tipo de legado, que é de participação, de comportamento, de o que queremos para os nossos filhos e netos.

Essa visão de legado informa muito a visão que nós temos da Conferência. Ela não é como foi a Rio-92, uma conferência que ocorreu ao final de vários processos negociadores. Como se recordará, em 1992 nós abrimos para assinatura no Rio de Janeiro a Convenção sobre Biodiversidade, a Convenção do Clima e, logo depois, no bojo desse processo, a Convenção para o Combate à Desertificação. Aprovamos a Agenda 21, os Princípios do Rio, textos sobre florestas, enfim, vários documentos de cunho legislativo importantes, densos e fundamentais para emoldurar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desta vez não se trata mais de uma conferência que ocorre ao final de processos. Ela vai ser, sim, uma conferência ponto de partida para novos processos. Ponto de partida para questões importantíssimas, como a ideia de objetivos de desenvolvimento sustentável. Ponto de partida

para a implementação de uma economia verde voltada especificamente para a erradicação da pobreza e marcada no contexto de desenvolvimento sustentável. Não é uma economia verde por si só, pois tem características muito específicas. Ela é uma promotora do desenvolvimento sustentável, portanto, da integração entre os pilares ambiental, social e econômico, e tem também as características de instrumento para a erradicação da pobreza.

É importante que se entenda que desde 1992 fica muito claro que não se conseguirá jamais proteger o meio ambiente sem integrá-lo fortemente ao desenvolvimento econômico e social. É impossível se colocar uma cerca em volta da floresta e dizer: *“Aqui ninguém mexe.”* Isso não é viável, não é sustentável.

Entende-se hoje, muito claramente, que para se proteger é preciso ter um plano de aproveitamento sustentável do recurso. E esse é o principal legado de 1992 que precisamos reavivar agora e sempre, porque é verdade que, se olharmos para os países, veremos que ainda é muito pouco praticada essa inter-relação na tomada de decisões seja no âmbito empresarial, familiar, individual e de governos. É ainda pouco habitual a consideração dos três elementos simultaneamente.

Então, essa é uma grande mensagem de 1992 que em 2012 nós estaremos reafirmando, e reafirmando de maneira concreta.

A ideia, de que eu falava, sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, é de que lancemos um processo no Rio de Janeiro de estabelecimento de metas para várias áreas relativas ao desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, as áreas de águas, florestas, energia, segurança alimentar, etc. Essas têm de ser sempre áreas em que se possa ter ações equilibradas nos 3 pilares do desenvolvimento sustentável. A ideia é sairmos do Rio não só com um texto que fale sobre o futuro que todos queremos, mas que também lance medidas concretas, quantificadas, como sabemos ser necessário. Não podemos ficar apenas no plano das intenções; queremos, sim, ficar no plano das ações. Já não é mais o caso, como foi em 1992, de criarmos um grande corpo de legislação, porque isso já foi feito em 1992, mas, agora sim, de criarmos possibilidades para a ação, implementando, revisitando áreas que no passado não eram tão urgentes como são hoje.

Vou lhes dar um exemplo também muito claro. Em 1992, adotamos a Convenção do Clima. Sabíamos, naquela altura, que esse é um grave problema causado pelo homem. Porém, hoje a ciência nos mostra que o

problema é mais grave do que nós imaginávamos 20 anos atrás. Então, nós temos de revisitar essa questão. Nós temos de atribuir a essa questão o peso que ela merece ter como um dos problemas graves de hoje em dia e também do futuro. Essa é uma das crises, como eu dizia no início, geradas por modelos de desenvolvimento que não só se mostram incapazes de atender aos desafios novos, mas que também geraram esses problemas.

Sei que atingi o tempo limite, mas gostaria de concluir, conclamando a sociedade brasileira a encarar a Conferência Rio+20 da maneira correta. Ela é um marco histórico, é um evento que determinará o pensamento de toda uma geração. Conclamo a sociedade a que participe efetivamente da Conferência, porque o Governo está criando canais e oportunidades de participação, e é preciso que haja um engajamento completo. Uma coisa é o êxito de um processo intergovernamental – sim, queremos esse êxito –, mas outra coisa é o êxito do engajamento da sociedade. Quem faz desenvolvimento sustentável não são necessariamente os governos, mas a sociedade. Na sociedade é que estão os atores que efetivamente podem mudar, podem representar uma mudança qualitativa que nos leve finalmente à implementação do desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Agradeço ao Sr. Embaixador Luiz Alberto pela exposição e por ter reservado um espaço em sua extensa agenda para esta reunião.

Para mim, o que mais fica marcado em sua exposição é a frase: “*Não queremos ficar no plano das intenções, mas, sim, no plano das ações*”. Eu acho que esta audiência se mostra como mais uma ação da Câmara dos Deputados para conhecimento não só dos presentes, mas de todos aqueles que estão nos assistindo pela Internet, todos aqueles que vão poder saber das nossas palavras pelo *A Voz do Brasil*, pela *Agência Câmara de Notícias*, enfim, por todos os meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Agradeço a V.Exa. a presença e a palestra.

Agradeço aos Deputados Raul Lima, Taumaturgo Lima e Sarney Filho a presença.

Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos

Deputados, Líder do Partido Verde e Presidente da Subcomissão Especial Rio+20. S.Exa. tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado, Presidente. Na sua pessoa, cumprimento os membros da Mesa, os colegas Parlamentares e as senhoras e os senhores aqui presentes.

Vou tentar atender ao tempo, até mesmo porque estou presidindo uma reunião de audiência pública, aqui ao lado, sobre o plano de contingência em casos de vazamento de petróleo, uma discussão importante dentro da temática ambiental.

Primeiro, gostaria de agradecer a honra do convite. É muito importante, como Parlamentar que de certa forma se dedica a uma área, poder ser ouvido pelas Comissões da nossa Casa a respeito dessa área.

Gostaria de fazer um pequeno histórico das conferências.

Da primeira conferência intergovernamental global sobre meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, já se passaram exatamente 4 décadas. Provavelmente, o maior mérito da Conferência de Estocolmo foi acelerar o processo de organização de políticas públicas e instituições direcionadas à proteção do meio ambiente. A partir de então, os países começaram a estruturar organizações nacionais e a estabelecer regras voltadas à prevenção e ao enfrentamento da degradação ambiental.

Após Estocolmo, todavia, houve um arrefecimento considerável da dinâmica internacional em favor do meio ambiente, que apenas voltaria a ganhar força 20 anos depois. Os custos para implantar as medidas previstas nesse campo eram considerados altos e a cooperação entre os países ricos e pobres não se efetivou.

Como podem ver, parte dos conflitos atuais nesse campo data de décadas atrás.

Em 1989, a Assembleia Geral da ONU decidiu realizar uma nova conferência, desta vez sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92.

A Rio-92 buscava soluções capazes de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento social e econômico com a obrigação de conservar os recursos para as gerações futuras. Tem-se nessa concepção o coração do conceito de desenvolvimento sustentável divulgado pelo

relatório *Brundtland*, de 1987, publicado no Brasil sob o título *Nosso Futuro Comum*.

Cheios de sonhos, consagramos o conceito de desenvolvimento sustentável na Rio-92, que foi o grande mote da conferência. Em 1992, sentíamos-nos todos em uma espécie de primeiro ano do resto de nossas vidas, e talvez estivéssemos mesmo nele. Daí passou-se, aos poucos, de uma perspectiva tecnocrática no tratamento da crise ambiental para o reconhecimento de que os principais desafios são sociais e políticos. Combate à pobreza, justiça social e democracia não estão desvinculados do conceito de sustentabilidade ambiental. Além disso, nesse período também se estruturou com mais consistência a defesa do direito intergeracional, segundo o qual as gerações atuais não estão autorizadas a dilapidar a base de recursos naturais necessários para a sobrevivência das gerações futuras.

Em 2009, a Assembleia Geral da ONU decidiu organizar outra Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que, como todos sabem, ocorrerá agora, em junho de 2012, mais uma vez na cidade do Rio de Janeiro. Nessa conferência, os debates estarão centrados em dois temas principais: a economia verde e a governança para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a erradicação de pobreza. Espera-se que a Rio+20 contribua para o fortalecimento do multilateralismo, com um modelo institucional que integre as agendas econômica, social e ecológica.

Como já enfatizado, vivenciamos no mundo a falta de consenso político, a falta de recursos financeiros e a falta de entendimento para avançar em torno de uma agenda internacional. Nesse cenário de crise, também estamos colocados diante do desafio de estruturar agora uma nova governança global em prol do meio ambiente. Como gerenciar os desequilíbrios globais, como os relativos às alterações climáticas, ao fornecimento de energia, à extinção de biodiversidade, à segurança alimentar e a tantos outros temas que afetam o meio ambiente e a segurança global?

O Brasil, senhoras e senhores, tem de assumir uma posição de liderança nesse processo. Devemos demandar dos nossos negociadores internacionais que isso ocorra. É preciso dizer que desde a Rio-92 nosso País tem atuado nas pactuações mundiais referentes à questão ambiental de forma proativa – e para isso o Embaixador muito tem contribuído; sou testemunha pessoal dessa proatividade, através do nosso competente Embaixador –, como propositor do mecanismo de desenvolvimento

limpo e da ampliação das energias renováveis na matriz mundial, o que nos coloca em posição de legitimidade para bem conduzir os entendimentos na Rio+20.

As ações práticas de políticas públicas também nos legitimam para liderar nessa área. Posso citar como exemplo, entre outros possíveis, exatamente a política de combate ao desflorestamento na Amazônia, na qual conseguimos avanços importantes em pouco mais de uma década; e o progresso, em termos de viabilização econômica, inclusive, das fontes alternativas de energia, como o que estamos vivenciando com energia eólica, principalmente na Região Nordeste.

O problema é que, no processo da Rio+20, até agora ainda não se consagrou efetivamente uma liderança criativa e ousada. O Brasil está tendo, com certeza, uma atuação aquém do que deveria estar tendo nesse processo. Tenho frisado bastante que há propostas que o nosso País deveria defender com vigor na Rio+20, lutando pelo envolvimento dos demais países.

Um exemplo seria a adoção do PIB Verde, paralelamente ao PIB tradicional. O PIB Verde contabiliza as variáveis qualitativas relacionadas à sustentabilidade social e ambiental, baseadas nos princípios da economia verde. A contabilidade ambiental é complexa, mas é um passo necessário e importante e que necessita ser incorporado aos processos decisórios dos diferentes países e das agências internacionais. A economia precisa dar passos concretos no sentido de internalizar os custos sociais e ambientais das atividades, por meio da valoração de recursos naturais e da inclusão de objetivos sociais a serem implantados, como o aumento de empregos e a redução do consumo de produtos ambientalmente impactantes.

A segunda proposta seria o cumprimento de metas de transição, até 2022, para uma economia sustentável de baixo carbono, relacionada a energias limpas, preservação e recomposição de florestas e de biodiversidade.

A terceira refere-se ao direcionamento das compras e contratos governamentais para bens, produtos e serviços certificados, de modo a ser impulsionada a competitividade da economia verde. Nesse aspecto, nós temos leis, aqui, em tramitação, algumas já prontas para ir para o Plenário, que exigem, na construção de estádios, nas obras, por exemplo, agora, da Copa ou das Olimpíadas, que sejam usados materiais de procedência sustentável, com certificado. Isso tudo é importantíssimo!

A quarta proposta seria dar início à negociação de um fundo internacional de financiamento e da implantação de um sistema de transferência de recursos financeiros, de tecnologias e de capacitação para a adaptação às mudanças climáticas.

É importantíssimo compreender que as mudanças climáticas afetam justamente as populações mais pobres do mundo, as que estão em áreas de risco, em regiões áridas ou em processo avançado de desertificação. Um parâmetro razoável seria que os países de renda alta financiassem e transferissem tecnologias e capacitação aos países de renda baixa e que transferissem também tecnologias aos países de renda média. Os países de renda média, por sua vez, seriam também transferidores de tecnologias e de capacitação e, em certa maneira, também de recursos financeiros aos países de renda baixa.

Outros avanços deveriam ser trabalhados em relação às negociações relacionadas ao clima, aproveitando-se a oportunidade da reunião de tantos Chefes de Estado e de Governo. A questão ambiental e seus problemas e desafios, notadamente as mudanças climáticas, não respeitam fronteiras estabelecidas politicamente e impõem uma gestão integrada.

A quinta proposta diz respeito à criação da Organização Mundial do Desenvolvimento Sustentável, ou seja lá que nome se dê, e o estabelecimento de uma sede no Brasil, no Rio de Janeiro. A função primordial dessa organização seria a de monitorar e promover metas de desenvolvimento sustentável e fomentar e assistir a sua execução. Merece ser comentado que há poucas semanas *Achim Steiner*, diretor-executivo do PNUMA, criticou a relutância do Brasil em apoiar a transformação do PNUMA em agência independente da ONU. Entendo que temos que repensar esse posicionamento, ou, pelo menos, apontar um caminho viável para a criação de um ente internacional com força efetiva com relação à questão ambiental. Não podemos nos omitir a esse respeito.

A avaliação sobre o caminho percorrido e propostas como as aqui mencionadas, e outras, para que avancemos em direção à sustentabilidade no nosso País e no mundo, foram colhidas, desde o início de 2011, nas 5 Regiões do País, em eventos promovidos pela Frente Parlamentar Ambientalista, Frente que eu coordeno já há alguns anos.

A partir da realidade brasileira, elegemos 5 temas de discussão: biomas, recursos hídricos, meio ambiente urbano, energia e segurança alimentar. Os debates desses temas foram orientados segundo os 2 eixos básicos da Rio+20, já mencionados: a economia verde no contexto do

desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional capaz de propiciar governança ao desenvolvimento sustentável.

Vou pular um pouco, respeitando o horário e o tempo que me resta.

Por fim, Sr. Presidente, eu dei algumas pinceladas. Vou deixar aqui a minha palestra. Mas eu não poderia deixar de comentar que temos um histórico importante de conquistas na área ambiental. Todo o marco legal que resultou nesse grande diferencial que o Brasil hoje enfrenta vem ainda da década de 1990. Eles foram consolidados e resultaram evidentemente numa diminuição enorme do desmatamento, no aumento da produção e numa legislação que já então sinalizava, e com muita ênfase, a valorização da economia verde.

Tudo isso, Presidente, amigos, colegas Deputados e Deputadas, está em risco se a Presidente Dilma não vetar a totalidade desse projeto de lei de reforma do Código Florestal, aprovado na Câmara, um projeto *Frankenstein*. É um projeto sem pé nem cabeça, ou com pé e cabeça de corpos estranhos. É um projeto que privilegia o individual em detrimento do coletivo.

Portanto, se a Presidenta Dilma não vetá-lo – e acredito firmemente, por tudo que tenho lido, por tudo que tenho visto de membros do Governo, que ela vai vetá-lo –, se ela não vetá-lo, seguramente o Brasil não entrará numa posição de força na Rio+20; entrará numa posição enfraquecida. É uma pena que não seja produto do Governo, do Executivo e da sociedade brasileira, mas de alguns grupos de interesse retrógrados que têm a visão curta da realidade brasileira e mundial.

Dessa forma, Sr. Presidente, gostaria de encerrar a minha participação, agradecendo o convite e dizendo a todos aqui que nós devemos nos associar a esta campanha *Veta, Dilma!*, porque ela precisa vetar todo esse Código Florestal, manter a legislação atual que deu certo e, através de uma discussão mais ampla, ouvindo mais o setor científico, e aí, sim, fazer as adaptações e as modernizações necessárias, para que a gente possa caminhar cada vez mais no rumo da sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Agradeço a brilhante participação e palestra do Deputado Sarney Filho. Sempre será uma honra recebê-lo na CAINDR. Agradeço V.Exa. por nos ter honrado com sua presença em dia bastante movimentado na Comissão que preside.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Sirkis, que preside a Subcomissão Especial Rio+20, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. S.Exa. tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, pode-se dizer que bastante mudou desde 1972, quando houve a 1ª Conferência de Estocolmo.

Em 1972, o Brasil era governado por uma ditadura militar e, mais ou menos nesse período, fez publicar nos principais jornais da Europa e dos Estados Unidos um anúncio que dizia o seguinte: “Venham nos poluir”. Resolveram tomar carona no fato de a Conferência de Estocolmo, pela primeira vez, ter levantado as questões ambientais e colocado a necessidade de se estabelecer certos limites à poluição, isso para mostrar que havia um país governado com pulso de ferro e que absolutamente não tinha esse problema. Era um anúncio que, na época, quando eu estava exilado, vi no *Le Figaro* e que dizia: “Venham nos poluir” – em vários idiomas.

Muito mudou. Houve aí, como foi dito, a Conferência Rio-92, que foi um marco. Por vários aspectos, foi talvez uma das conferências mais bem sucedidas que já houve em relação a qualquer tema das Nações Unidas e sobretudo em relação à questão do meio ambiente, não só pela qualidade do trabalho diplomático, como já foi dito aqui pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, mas também porque foi aprovada a Convenção do Clima, da Biodiversidade, da Desertificação, a Agenda 21. Por outro lado, foi um momento em que os olhos do mundo se voltaram para o Rio de Janeiro e os principais Chefes de Estado daquele período compareceram àquela reunião: George Bush pai, Gorbachev, John Major, Fidel Castro.

Enfim, havia um foco e uma atenção muito grande do planeta inteiro em relação ao que acontecia no Rio de Janeiro. Internamente, pode-se dizer que foi um marco na conscientização. Eu acho que a mídia passou a tratar do assunto ambiental de uma forma diferente. O setor empresarial, com todas as suas contradições, passou a adotar, em grande medida, a tese do desenvolvimento sustentável. No âmbito governamental, tanto federal quanto estadual e municipal, surgiram, com mais força, as instituições ambientais. Eu tive a oportunidade de implantar a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro no ano posterior, em 1993. Então, na verdade, nós hoje fazemos a Rio+20 contrapostos de certa maneira a um evento extremamente bem sucedido, o que nos mostra a responsabilidade que temos.

Portanto, vou procurar falar mais rapidamente dos 2 temas da conferência e relacioná-los a algo que precisamos necessariamente fazer: a questão amazônica. Eu vou até inverter a ordem dos temas. Infelizmente, na parte de governança, eu encaro essa discussão com pessimismo. Não que eu ache que ela não seja importante; pelo contrário, nós não vamos conseguir fazer frente aos desafios que se colocam para o planeta, o clima, o primeiro deles, a biodiversidade e todos os outros, se não houver mecanismos robustos de governança supranacional.

O momento não é dos mais propícios para que essa discussão avance, e vou citar só 2 fatos que são muito óbvios. Em primeiro lugar, o continente que mais avançou em termos de governança supranacional, que é a Europa, neste momento está em palpos de aranha, por causa da crise econômica. Uma parte da população tem, correta ou incorretamente, responsabilizado os mecanismos de governo supranacional da Europa pela crise econômica que foi criada, pelo menos nos países do euro. Por outro lado, os Estados Unidos estão numa campanha presidencial e um dos partidos que está na disputa, o Partido Republicano, tem horror de qualquer coisa que seja internacional, não digo supranacional, digo internacional, e acha que os Estados Unidos são constantemente vítima de uma pavorosa conspiração liderada e articulada pelas Nações Unidas. Esse é o discurso quase oficial de um importante segmento do Partido Republicano.

Então, evidentemente, esses 2 fatos criaram uma certa inibição em relação a um avanço. O Brasil que poderia de fato estar na vanguarda desse processo está numa posição extremamente cautelosa porque muitas vezes avançar mais significa... Inclusive, a proposta que foi aqui formulada pelo Deputado José Sarney Filho, que eu apoio, da criação de uma organização mundial do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sediada no Rio de Janeiro, obviamente é um objetivo importantíssimo, mas que entra em contradição com alguns outros objetivos da nossa política externa, como o sacrossanto objetivo de se conseguir um lugar permanente no Conselho de Segurança. Isso faz com que a gente tenha que estar bem com todo mundo.

Portanto, é uma questão de pesos e medidas. Sem dúvida nenhuma, por várias razões, não penso que vai haver novos avanços. Pode ser que de fato o PNUMA mude de nome, passe a ser uma agência, e não mais um programa, e que uma comissão das Nações Unidas passe a ser o conselho. Mas eu acho isso muito pouco. O que é necessário no futuro, em

termos de governança internacional, é uma organização com poderes análogos à Organização Mundial do Comércio.

Em relação à questão da economia verde, eu acho que pode haver avanços maiores. Nós, na nossa Subcomissão, nos reunimos, debatemos, formulamos uma crítica ao documento básico, chamado *Draft Zero*, que é um documento que padece de obesidade mórbida, pois já anda próximo das 200 páginas. Todos os países que participam desse processo – são 193 ao todo – e os vários grupos, as várias facções, todo mundo quer botar alguma coisa ali dentro e o documento está virando uma coisa com tudo, não apenas economia verde e governança, mas tudo que tenha alguma coisa a ver com meio ambiente ou com questões sociais. Daqui a pouco, vamos ter direitos animais naquele documento. Nada contra os direitos animais, mas esse não é o tema dessa conferência.

Então, o que nós recomendamos, na nossa Subcomissão, é ir pelo caminho da simplicidade. A simplicidade é o segredo do sucesso. Em vez de fazer documentos extremamente ambiciosos, vamos colocar pontos. De qualquer maneira, como muito bem esclareceu o Embaixador Figueiredo, esses não são, como foram os temas da Rio-92, temas de final de negociação. Eram temas para o “finalmente”. Enquanto que aqui a Conferência vai abrir a discussão sobre economia verde, vai abrir a discussão sobre governança internacional. Então, quando se abre, a simplicidade é fundamental.

Nós sugerimos basicamente 4 pontos. O primeiro deles é sobre a questão do PIB. Eu não acho que seja bom criar um indicador paralelo. O PIB seria um indicador mascote. Já existem vários, não tem importância. Mas alterar a fórmula de cálculo do PIB, porque a fórmula de cálculo do PIB é perversa do ponto de vista da sustentabilidade... E nessa reunião, o nosso colega, o Deputado Eduardo Azeredo deu um exemplo que eu achei formidável, e de alguma forma assimilei isso e tenho usado isso aqui, sempre lhe rendendo o devido crédito. O exemplo é o seguinte: vamos voar de avião por cima da Ilha de Espanhola. A Ilha de Espanhola é uma ilha onde ficam 2 países: a República Dominicana e o Haiti. O Haiti foi completamente desmatado ao longo da história; lá não sobrou uma árvore. Foi completamente desmatado. A República Dominicana, em que pese ter passado por momentos cabeludos na sua história, preservou as suas florestas, e hoje é um país de porte médio, com um padrão de vida muito mais alto, enquanto que o Haiti é o país mais pobre das Américas. Agora, enquanto esse processo de desmatamento, de devastação ocorria, como

se comportavam os respectivos PIBs dos 2 países? É óbvio que o PIB do Haiti estava lá em cima e o da República Dominicana muito atrás. No entanto, esse aumento do PIB, fruto da atividade de desmatamento e venda de madeira, exportação de madeira, gerou um crescimento no primeiro momento e um colapso no segundo momento. Então, na verdade, o PIB tem que levar em conta variáveis tanto ambientais quanto sociais, para se transformar num indicador de desenvolvimento que tenha um aspecto qualitativo. E a importância disso para a Amazônia é evidente, porque enquanto nós contabilizarmos da velha maneira vamos estar mascarando falso desenvolvimento.

O segundo ponto que a nossa Comissão recomendou, e este extremamente importante para a Região Amazônica, é atribuição de valor econômico aos serviços prestados por ecossistemas. Pensem na importância do serviço ambiental que é prestado pela floresta amazônica. E pensem também que a floresta amazônica é vítima do desmatamento, da turma da motosserra, que derruba a floresta para abrir pastos e para outras atividades, predadores de curto prazo. Mas ela também, de uns anos para cá, é vítima do próprio processo de aquecimento global. Nós tivemos a seca de 2005 e a seca de 2010, na Região Amazônica, provocada já pelo próprio processo de aquecimento global. Então a Amazônia não só não recebe pelo serviço ambiental que depreda seu ecossistema, como ainda por cima é vítima do próprio processo de aquecimento global. Eu acho que isso tudo tem que ser ponderado à luz da economia, tem que ser ponderado à luz dos valores.

O terceiro ponto que nós colocamos é a necessidade de se mudar os sistemas tributários dos vários países. Que as Nações Unidas recomendem essa mudança. E também a de substituir tributos regressivos, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social, por uma tributação baseada na intensidade de carbono e em outras variáveis ligadas à sustentabilidade. Não é, no caso do Brasil, senhoras e senhores, absolutamente aumentar a carga tributária, porque a nossa carga tributária é absolutamente insustentável, porém substituir tributos. Substituir determinados tributos e eliminar determinados subsídios em prol de uma tributação em cima da intensidade de carbono, ao lado de um sistema de subsídios que pare de subsidiar a devastação ambiental, a insustentabilidade, e passe a subsidiar as energias limpas, as atividades que de fato apontam para a sustentabilidade. Isso certamente se aplica à Região Amazônica.

E, finalmente – *last but not least* –, a questão do chamado *New Deal Verde*, que seria as Nações Unidas recomendarem ou criarem parâmetros para um grande investimento público, de todos os Estados nacionais, na medida das suas variáveis possibilidades, e também das agências multilaterais, em energias limpas, tecnologias para energias limpas, barateando essas tecnologias em atividades de recuperação ambiental, conservação ambiental e saneamento. Um grande investimento público em atividades que ao mesmo tempo nos prometem um futuro de baixo carbono e criam imediatamente empregos de forma intensiva, porque o investimento em saneamento, o investimento em reflorestamento, o investimento em conservação de florestas, o investimento em energia solar, o investimento em energia eólica, o investimento em biocombustíveis são investimentos que geram empregos de curto prazo numa quantidade importante.

Como isso, digamos, pode servir à região amazônica? De várias maneiras. A questão energética. Um dos graves problemas da Amazônia é a energia elétrica, o que tem sido suprido com projetos de construção de megabarragens, que, em alguns casos são válidos, mas que em outros casos são mais questionáveis. No entanto, existem regiões que são tão ermas que simplesmente o abastecimento de energia elétrica é feito por centrais termoelétricas, a petróleo, a óleo combustível, a óleo *diesel*, trazidas de longe, com um gasto extremamente grande para a população, para os Municípios e para os próprios governos estaduais; todos sofrem com isso, enquanto, na verdade, aquelas municipalidades poderiam estar sendo supridas por energia solar, sobretudo nas pequenas localidades. Agora, para isso evidentemente tem que haver um subsídio, tem que haver um investimento, uma série de mecanismos de financiamento.

Uma outra questão: as atividades de preservação e recuperação ambiental, de reflorestamento em regiões que foram desmatadas no passado. Nós sabemos que a pecuária no Brasil tem uma produtividade baixa – é um boi por hectare –, enquanto a média internacional é três, e poderia ir muito além disso desde que haja um investimento, uma assistência, toda uma nova tecnologia para se fazer essas coisas. Se isso for feito, sobram áreas para serem reflorestadas. E esse reflorestamento pode se dar, numa grande parte, diria dois terços, em biodiversidade, sendo um terço em reflorestamento econômico. Então, que possa inclusive dar ao proprietário rural mais uma opção econômica para a sua propriedade. É evidente que pode haver um grande investimento público em reflorestamento, mutirões de reflorestamento remunerado, porque essa

é uma atividade óbvia, e isso já foi feito. Eu, no Rio de Janeiro, como Secretário de Meio Ambiente, nos anos 1990, instituí o projeto Mutirão de Reflorestamento, em que nós subsidiávamos as comunidades para reflorestar os morros do Rio de Janeiro. E conseguimos um notável sucesso. Isso pode ser feito em escala gigantesca, com investimentos públicos, e também utilizando créditos de carbono. Nós temos uma situação em que, se houver um Acordo do Clima minimamente satisfatório, pelo qual uma série de países terão que cortar as suas emissões, eles terão dificuldade em cortar todas as suas emissões; então, uma parte disso eles transformarão em créditos de carbono. E não há país mais bem aparelhado para receber uma quantidade gigantesca de créditos de carbono do que o Brasil. Segundo cálculos que eu tenho lido, assim, em menos de 10 anos nós poderíamos receber mais de 100 bilhões de dólares em créditos de carbono, se uma série de circunstâncias favoráveis se verificassem. Então, esses créditos podem ser usados da seguinte maneira: o Governo brasileiro apresenta uma série de grandes projetos, abre linhas de créditos imediatos a todo mundo que quiser passar a ter essa atividade de florestamento, através de seus bancos oficiais, e esses bancos se ressarcem no mercado internacional com esses créditos do uso de carbono.

Nós temos uma porção de mecanismos que não está sendo devidamente explorada. Uma das coisas que eu lamento – para além do que já foi dito aqui pelo Deputado Zequinha Sarney, não vou repetir –, nesse processo do Código Florestal, é justamente a completa ausência de diálogo, em que se pudesse, pelo menos, entender que existe um terreno comum entre nós, ambientalistas, e as pessoas de uma economia produtiva no campo, e não apenas na região amazônica, que dizem respeito a todos esses mecanismos, à forma de você poder combinar ecologia com economia, à forma de poder atrair esses créditos do carbono, à forma de melhorar a nossa produtividade rural, à forma de se poder engajar a agricultura numa economia de baixo carbono, trazendo mecanismo de financiamento para nossa agricultura. Mas nada disso foi discutido. Foi uma discussão marcada por questões de muito curto prazo, muito imediatas, muito individualizadas, e uma discussão pobre. Penso que dos 2 lados houve argumentos pobres.

Espero que a Presidente da República de fato tome uma atitude, que a bola seja novamente colocada no meio do gramado, para que o próximo jogo seja um jogo não de soma zero, mas um jogo que de fato permita avanços, e que seja interessante, tanto para aqueles que têm como meta

principal a preservação e a recuperação do meio ambiente, sobretudo na região amazônica, que é um ecossistema extremamente valioso e extremamente frágil, como para aqueles que estão envolvidos em atividades produtivas e que gostariam de compatibilizar essas atividades produtivas com a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Muito obrigado, Deputado Alfredo Sirkis, pelas palavras muito bem colocadas e por toda a sua explanação.

Passo a palavra à Sra. Soraya El-Deir, Professora Doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Consultora do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, da Presidência da República, e pesquisadora líder do grupo de gestão ambiental no Estado de Pernambuco.

V.Sa. dispõe de 10 minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. SORAYA EL-DEIR – Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Comissão, feito através do Deputado Wilson Filho. É uma honra estar nesta Casa, uma Casa em que todos os brasileiros depositam muita esperança.

Foi-me feita uma provocação temática em relação a uma área que me é muito cara, que é o Semiárido, e eu vou fazer uma rápida explanação a respeito das propostas para a Rio+20.

Vou dividir a minha fala em 3 curtos momentos. Primeiro, alguns dados do Semiárido, alguns projetos, algumas tecnologias que existem no Semiárido e que funcionam muito bem. Nós fizemos dentro da universidade – está no *site* – um apanhado de sugestões para a Rio+20, e a parte final é a apresentação desses itens que refletem um pouco do pensamento do nordestino com relação a essa temática.

Nós vamos ter o foco de economia verde, especialmente na caatinga; e, em relação a isso, à caatinga, o Semiárido é uma região extremamente expressiva, presente no Nordeste e que atinge uma série de Estados, não só nordestinos. E, a partir dessa leitura em termos de magnitude da Caatinga, nós vemos como é importante termos um olhar específico, temático, sobre essa questão.

E o que é exatamente Caatinga? Acredito que a maioria dos senhores conhecem. Caatinga é um nome que vem da mata branca. Ela é tipicamente uma mata que perde as suas folhas na hora em que ocorre

uma diminuição da pluviometria, das chuvas, mas, ao mesmo tempo, pode se tornar verde de uma forma quase milagrosa. Mesmo ocorrendo pouquíssima chuva, já floresce rapidamente, porque nós temos uma concentração muito grande de chuvas, que não são espalhadas ao longo do ano. E temos uma biodiversidade extremamente característica, com seres que são endêmicos, só existem lá.

A Caatinga, por sinal, é um ecossistema que só existe no Brasil. Nós temos faixas de árido e semiárido no mundo todo. Mas só temos esse tipo de ecossistema dentro do Nordeste, dentro do Brasil. Não existe outro. E há alguns animais que só existem aqui também. Desses animais, nós temos 380 que só vivem lá – por isso é que chamamos de “endêmico” –, e dentre estes temos 20 que estão ameaçados de extinção. Então, eles precisam de um olhar muito cuidadoso desta Casa, precisam de legislação que os protejam, que dê uma forma de sobrevida e de melhoria dessa população de animais.

O relatório do IPCC mostra que o Semiárido vai ser muito atingido pelas mudanças climáticas. Continuará a chover menos e mais concentrado. Isso significa que teremos eventos torrenciais. Isso é completamente devastador para o Semiárido, porque o pouco de solo que se forma, com essa tempestade, desaparece. E aí temos um solo que fica cada vez mais empobrecido. Na realidade, há uma perda de solo. Ficamos com pedras, e não mais solo.

Nós temos uma população que gira em torno de 27 milhões de habitantes. É o local onde está concentrada a pobreza do Brasil. São quase 10 milhões de brasileiros em extrema pobreza, mas existem fórmulas de se reverter esse quadro. Sem dúvida, isso está muito focado na parte de tecnologias, tecnologias que estejam focadas no Semiárido. Não adianta uma tecnologia desenvolvida no Sul do País, porque o clima, o ecossistema é específico e precisa de uma reflexão específica também.

E que tecnologias são essas? Se você reflete em termos de geração de tecnologia, toda discussão que há em relação a ciência e tecnologia passa por isso. Quando olhamos o quadro de distribuição dos recursos de ciência e tecnologia, percebemos uma imensa concentração no Sul e Sudeste. Se olharmos os recursos de vão para o Nordeste, veremos que apenas 10% são focados no Semiárido.

Então, na participação de eventos, por exemplo, que é fundamental para um cientista, para trocar ideias, nós vemos uma imensa concentração Sul e Sudeste. Na parte de pesquisadores visitantes, que poderiam

ter a entrada de novas leituras, novamente há uma imensa concentração Sul e Sudeste. Se nós olhamos as bolsas de doutorado, em que teremos o pessoal que vai pensar ciência e tecnologia, desenvolver novas tecnologias, elas estão no Sul e Sudeste. Isso significa que a tecnologia estará voltada para a realidade do Sul e do Sudeste, não do Nordeste.

Se nós ainda olharmos a parte de fixação de doutores, veremos que há uma migração para o Nordeste. Mas que doutor é esse que está indo para o Nordeste? São pessoas que foram formadas, pessoas que têm toda a mente, todo o conhecimento do Sul e do Sudeste, e não propriedade num ecossistema específico que se chama “Semiárido”.

Por fim, se nós olharmos a extensão rural, aí me parece que é a parte mais gritante. A extensão rural do nosso País, financiada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, está exclusivamente voltada para o *agribusiness*. Isso é uma aberração! Isso é uma aberração! Está toda concentrada no Centro-Oeste, e alguma coisa no Nordeste.

Então, como reverter esse quadro, se não temos um financiamento de ciência e tecnologia? É um dos desafios que eu deixo aqui para esta Casa. Mas temos tecnologias que já estão acontecendo: a placa de cisterna desenvolvida pela Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA; a cisterna de calçada, para aumentar a captação; a bomba d’água popular, que também é desenvolvida pela ASA – temos 187 cisternas implantadas; na área de segurança alimentar, estamos fazendo experimentos com hidroponia, dando resultados fantásticos no Semiárido; o plantio circular, conhecido muito como “mandala”, é uma outra realidade que muda a feição; a agrofloresta, que deixa o Semiárido verde de forma incrível, com produção o ano todo. Quando nós temos irrigação por aspersão, microaspersão, especialmente com drenagem ou com aspersor, feita por cotonete ou ainda por gotejamento, que é uma tecnologia israelense, desde que havendo também drenagem, não há problema de salinização.

Na área de segurança energética, biogás, cata-ventos, energia eólica e energia solar são formas reais que existem no Semiárido. Só que não existe investimento para isso, não existe apoio para isso. Muito pelo contrário, o recurso em ciência e tecnologia não está voltado para essa realidade.

Então, quais são as propostas que nós deixamos aqui como reflexão, fruto dessa coleta, tanto da universidade, como de pessoas que entraram pelo *site*? Na área de articulação internacional, o intercâmbio Sul-Sul: começarmos a dialogar mais fortemente com outros biomas, áridos e

semiáridos, e compreender melhor como eles resolvem essas questões lá e o que podemos fazer aqui; estratégias por bioma, nós começamos a pensar um mundo por biomas, com características claras e diferentes de produção e de convivência; um fundo para a inclusão social das pessoas que vivem no Semiárido; um fórum internacional ou, como muito bem foi dito, um órgão internacional que trate dessa questão; e pautar a Caatinga, que não está claramente pautada nas discussões do Semiárido. Essas são as proposições para uma articulação internacional.

No campo nacional, nós carecemos ainda de legislação, o Semiárido precisa ainda de um olhar muito mais profundo. E é preciso uma ênfase no desenvolvimento regional, olhando as desigualdades regionais. Dentro do próprio Nordeste, dentro de cada Estado e dentro do próprio Município, nós percebemos uma imensa desigualdade. É muito diferente a realidade urbana, em qualquer Município do Semiárido, da ruralidade, uma ruralidade onde às vezes por 2 ou 3 dias se passa sem nenhum tipo de alimento, simplesmente sem alimento.

Estabelecer metas para o que foi determinado para a Agenda 21, que é um documento belíssimo de 1992, mas onde estão as metas?

Na área socioeconômica, é preciso voltar ao planejamento. Temos que colocar o planejamento como bandeira inicial neste País, para pensarmos a médio e a longo prazos.

Estabelecer arranjos produtivos locais que estejam focados no Semiárido para serem pontos diferenciais de financiamento governamental.

Haver estratégias para fixação do jovem do campo, porque isso é uma realidade muito clara no Semiárido. Temos o velho aposentado, pessoas com mais de 50 anos e crianças. O intermediário não está mais lá, porque não há possibilidade de sobrevivência. Ele vê que tem muito mais chance na área urbana. E vamos fazer o quê? Vamos deixar esse esvaziamento acontecer?

Haver equipamentos sociais que gerem a possibilidade de a mulher camponesa poder trabalhar. A mulher não pode trabalhar porque tem filhos pequenos, e esses filhos não têm nenhum tipo de assistência governamental.

E um processo de planejamento familiar que não só perpassa pela mulher, mas especialmente pelo homem, pois o homem sertanejo tem grande resistência a qualquer tipo de planejamento.

Na parte de produção rural, identificamos que é importante começarmos a disponibilizar, para a agricultura familiar e a reforma agrária, áreas que foram determinadas com o perfil edáfico-climático, com perfil de solo e de clima favorável para a produção; e dar assistência técnica, pois, sem ela, é impossível.

Focar as atividades da EMBRAPA na agricultura familiar, que é outra distorção. Se olharmos tudo o que está sendo produzido pela EMBRAPA, veremos que é muito mais para o *agribusiness* – que nem precisa, ele se resolve por si – do que para a agricultura familiar. Não há, no Brasil, um ente que se preocupe com a agricultura familiar, no campo da pesquisa, além da universidade – e a universidade, também, muito pouco. Não há, simplesmente!

A extensão rural deve ser permanente e não do jeito que está sendo nos últimos 3 anos, através de editais em que a EMBRAPA concorre em pé de igualdade com as ONGs pequenas, que fazem parte da ASA, dentro do Semiárido. Isso é extremamente absurdo e desleal! A EMBRAPA tem todas as suas contas pagas, tem salário pago, tem água paga, tem tudo pago pelo Governo e, ainda por cima, concorre com ONGs que não têm nada pago. É claro que o preço da EMBRAPA vai ser muito melhor do que o de qualquer ONG. Isso é óbvio! Mas o Governo não precisa fazer isso, pode passar o dinheiro direto para a EMBRAPA, não precisa colocar no mesmo edital. Com isso, a EMBRAPA está ficando com 85% dos recursos de extensão rural feitos para o Semiárido. Isso é uma aberração do sistema.

Estruturas de beneficiamento para essa produção, porque, quando se consegue produzir, perde-se, pois não há escoamento nem sistema de beneficiamento, nenhum.

E focar na agricultura orgânica e agroflorestal. A segurança hídrica é um problema seríssimo, extremamente sério. A primeira proposição nossa seriam sistemas simplificados e difusos de água. Se começamos a pensar em megaempreendimentos, como a transposição do São Francisco ou grandes açudes... Eu trabalho em comunidades que estão a 200 metros do Fernando Saboya, que é a maior lâmina d'água de Pernambuco, 5 quilômetros de lâmina d'água, e pessoas que estão a 200 metros não têm água em casa. Por que acreditar que, na transposição, vai ser diferente? Por quê?

Implantar irrigação de precisão, como foi visto e é possível; apoiar estruturas difusas para as comunidades rurais. Existem pessoas que moram

no espaço da ruralidade de forma difusa, às vezes, com distância de uma casa para outra de 1 quilômetro. Então, vamos pensar que agora vai chegar água encanada ali? Não, precisamos de outras formas de tecnologia.

E uma educação ambiental, sanitária e alimentar para essas populações, para elas terem preceitos de sanidade e melhoria de qualidade de vida.

Na área ambiental, propõe-se elevar a quantidade de Unidades de Conservação, fazer uma recomposição florestal, dar incentivos para energias renováveis. Eu fico muito preocupada com essa eletrificação rural, com LTs, com linhas de transmissão, quando pensamos as casas soltas no Semiárido. Se nós tivéssemos um maciço investimento em relação a tecnologias limpas, como energia solar, eólica, biomassa, nós conseguiríamos baratear essa tecnologia. A lâmpada, quando foi inventada, foi dita como impossível, era economicamente inviável. Precisamos investir em tecnologia para tornar essa tecnologia viável.

Discutir a sustentabilidade do modelo de gestão dos corpos hídricos com a ANA e com o DNOCS, porque todas as outorgas dos corpos hídricos já estão loteadas. E o pequeno agricultor, que está na margem, não tem possibilidade de usar essa água para produção. Essa é outra aberração que está acontecendo hoje.

Formação de agentes ambientais para a área de conservação da Caatinga.

Por fim, valorizar igualmente a extensão universitária, a pesquisa e a docência porque nós, da universidade, somos pontuados por pesquisa, somos pontuados por docência, e quem é extensionista é malvisto dentro da universidade. E isso ocorre muito porque o Ministério de Ciência e Tecnologia, especialmente a CAPES, pontua desta forma: pontua mais pesquisa que docência, mais docência que extensão, e a extensão é praticamente não pontuada. Então, nós estamos falando de extensão para quem? A universidade, então, não é para fazer extensão. Mas o meu contrato diz que eu tenho que fazer.

Ter uma política de correção de desigualdades regionais, com 70% para o Norte e Nordeste. O que quero dizer com isso? Os editais nacionais, meus senhores, saem com a seguinte recomendação: 30% do edital têm que ser investidos no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. Que ótimo! Que ótimo! Essa é a política de correção de desigualdade, que só concentra, pois 70% estão indo para o Sul e Sudeste.

Então, a minha proposta é que esta Casa determine que exista uma correção dessa distribuição de ciência e tecnologia, fazendo 70% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Retorno dos editais do Ministério de Ciência e Tecnologia. No ano passado, ainda havia alguns editais. Este ano não há um único edital de ciência e tecnologia; tudo está para o Ciência Sem Fronteiras. Eu não posso dizer que isso esteja errado. Ter o Ciência Sem Fronteiras, quando 100 mil pessoas vão para o exterior nesses próximos 4 anos, isso é perfeito. Agora, esse dinheiro ser retirado da produção do saber do nosso País, isso é quebrar o nosso País. Qual é o país que vai pensar em ciência e tecnologia ou pensar em desenvolvimento sustentável ser ter pesquisa? Eu não conheço. Isso me preocupa profundamente. Convido todos os senhores para entrar no *site* do CNPq e checar quantos editais estão abertos hoje focados em pesquisa. Deem uma olhadinha no numerário do ano passado. E nós já estamos em maio, é bom lembrar.

E, por último, o financiamento identificando flora e fauna e o que teríamos para potencialidade da Caatinga.

Por fim, eu quero dizer que a minha fala vem muito dessas pessoas que, muitas vezes, eu as chamo de “transparentes sociais”, porque não têm tantas pessoas que as representem. Mas são pessoas que existem, são pessoas que estão sobrevivendo. São 27 milhões de brasileiros que estão no Semiárido. E tenho certeza de que todos eles têm a plena convicção de que contam com os senhores para reverter esse quadro de pobreza.

Eu queria aproveitar para deixar a nossa Universidade, o nosso grupo, que é Gestão Ambiental em Pernambuco, inteiramente à disposição dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Parabenizo a Sra. Soraya El-Deir pela excelente palestra. Nós, que somos nordestinos, sabemos da importância da inclusão desse debate do bioma da Caatinga. Então, agradeço a sua vinda a Brasília e peço que sua palestra seja colocada à disposição da nossa Comissão para que possamos debatê-la ainda mais nas nossas reuniões deliberativas.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, membro da Frente Parlamentar de Agropecuária,

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias. V.Exa., Deputado, tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Queremos, em nome da Comissão de Agricultura, parabenizar o nobre Deputado Wilson Filho pela condução dos trabalhos desta Comissão e desta audiência pública, de suma importância para nós montarmos estratégias e fortalecermos o pacto federativo, no momento em que se aproxima a Rio+20. É claro também que todos nós temos a necessidade de cada vez mais publicizar, debater o que é economia verde, junto aos gestores municipais, aos secretários municipais, às esferas governamentais e, nessa visão, procurar minimizar ou até mesmo erradicar essa situação da pobreza na Amazônia e no Nordeste.

As palavras dos que me antecederam já contribuíram muito com o que tínhamos preparado para apresentar, mas queremos concordar com o nosso Embaixador Figueiredo, quando afirma que nós precisamos planejar o futuro que queremos para os nossos netos, para a nossa sobrevivência. Nós precisamos ter essa visão de apresentarmos propostas em termos nacionais e internacionais, vendo toda essa globalização que já existe. É claro, também, que nós precisamos ter toda essa compatibilização, como disse o Deputado Sarney, da questão ambientalista, da questão do agronegócio. É claro que nós, o ser humano, necessitamos de oxigênio para sobreviver; o ser humano necessita de água para sobreviver. Mas não somente a água e o oxigênio vão garantir que nós tenhamos 100 anos de vida, que é o que eu espero e muitos de nós estamos esperando viver. Nós precisamos ter alimento.

Então, neste Brasil, com diversidade de biomas, com várias regiões, nós precisamos ter debates até regionais, visando, através da economia verde, a termos uma sustentabilidade para, através dessa sustentabilidade, melhorarmos os nossos indicadores sociais, o bem-estar do ser humano e uma convivência social pacífica.

Nós da Comissão da Agricultura, hoje, somos taxados como aqueles que querem destruir a Nação. O agronegócio está sendo taxado como devastador do mundo, a atividade que vai acabar o mundo, que vai prejudicar o Brasil. Mas também, se nós formos levar para a área econômica, vamos verificar que o crescimento do País deu-se em virtude do agronegócio. O crescimento de 3% do PIB foi o que salvou o PIB nacional.

A nobre professora fez uma apresentação muito precisa e muito atual. Se nós formos verificar as desigualdades que existem, no momento em que fazemos um comparativo da Amazônia com o Nordeste, veremos que hoje estamos com quase 600 Municípios na situação dessas imagens, de não ter água para garantir a sobrevivência, não ter alimento para sobreviver, um meio ambiente totalmente devastado, danificado, pela ação também humana. E, através dessa pactuação, nós temos que apresentar propostas concretas. Tanto é que, no aspecto da Caatinga, nós apresentamos já um projeto de emenda constitucional para criar um fundo da Caatinga, para que, a partir dessa proposta de nossa iniciativa, possamos ter recursos pelo menos orçamentariamente assegurados para desenvolvermos essas ações.

No aspecto da economia verde, eu fiz uma pesquisa sobre quais são os Estados que já possuem materiais publicados, materiais que estão em execução, com metas no tocante à economia verde. Dos 27 Estados que eu tentei pesquisar, mantendo contato tão logo recebi o convite para aqui comparecer, somente 6 Estados confirmaram que realmente possuem documentos de economia verde. Ora, se 6 Estados da nossa Federação possuem um planejamento, imaginem os 5.563 Municípios. Se nós formos falar de economia verde em determinados Municípios, talvez, infelizmente, o gestor não tenha nem conhecimento, uma noção da magnitude, da necessidade que tem de fazer essa implementação.

Então, esta Casa tem, acima de tudo, essa missão também de não somente por meio desta Comissão, não somente por meio da Comissão da Agricultura, mas, principalmente, por meio da Comissão de Educação, da Comissão de Ciência e Tecnologia, fazer com que esse debate ocorra também nessas duas Comissões, que são de fundamental importância para nós despertamos já no jovem, no adolescente, a necessidade de garantirmos essa sobrevivência, essa sustentabilidade através do ser humano.

Existem várias propostas, além, já apresentadas aqui, mas o Governo poderia também – e isso a Comissão vai oficializar – fazer com que nós tivéssemos incentivo para aqueles tributos que pudéssemos chamar de tributação verde. Tributação verde seria para aquelas empresas, para aqueles agronegócios, para o pequeno, médio e grande produtor, em que toda a sua cadeia produtiva tivesse, por meio dessa tributação verde, subsídios para agredir menos o ambiente, para fazer com que não houvesse emissão de gás carbônico, para que nós tivéssemos, acima de tudo, a sustentabilidade, para nós termos também incentivo de uma energia renovável.

Quando a professora apresenta as placas solares, nós já conhecemos no Estado do Ceará algumas comunidades que já estão com a placa solar. Mas, às vezes, o custo da implantação desestimula o Governo a fazer a utilização da energia eólica ou da placa solar. Então, por que não diminuir essa carga tributária? Por que não fazer com que haja esse incentivo para essas energias alternativas? Isso depende muito, também, dessa articulação intersetorial dessas Comissões lado a lado dentro do pacto federativo.

O que hoje a Confederação Nacional dos Municípios pensa e qual a proposta que a Confederação Nacional dos Municípios tem para a economia verde? Isso precisa ser levado, até porque o ser humano vive no Município. Claro que há a instância do Estado, mas o nosso dia a dia é realmente no Município, assim como também toda a pactuação que nós precisamos ter, no tocante a todas essas cadeias produtivas, e também a identificação e uma certa fiscalização da ANVISA, da Vigilância Sanitária, com todas essas cadeias produtivas que nós precisamos ter no tocante a alimento.

Novamente se diz: *“Ah, os inseticidas, os agrotóxicos, os defensivos agrícolas!”* Uns usam agrotóxicos, outros defensivos agrícolas, mas o fato é que para que possamos ter – e aí entra também a questão da saúde – essa sustentabilidade e essa convivência do ser humano e, acima de tudo, uma economia verde que gere renda e dê estabilidade social, nós precisamos ter uma proposta de construção em várias mãos.

Não me preocupa como a Presidente Dilma vai se comportar na Rio+20. Eu fico triste quando vejo vários Parlamentares no Plenário dizendo *“Como a Presidente vai chegar à Rio+20 com um Código desses?”* Assim como nós tivemos que dar satisfação aos organismos internacionais, que não fizeram as suas ações de não devastar as suas matas, de não poluir o meio ambiente, precisamos ver como o povo brasileiro vai conseguir diminuir a sua pobreza, as desigualdades sociais e de investimentos.

Infelizmente não preparei a projeção, mas nós temos dois Brasis. Nós temos o Sul e o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, isso em todas as áreas, como a professora muito bem apresentou. Com 8 bilhões de reais, aloca-se uma obra como a transposição de águas do Rio São Francisco, que, uma vez abandonada, não vai resolver o problema de água das pequenas e médias comunidades, podendo-se fazer os poços profundos ou se ter sistemas alternativos de água. Há poucos dias estivemos lá e vimos plantas de mais de 1 metro no leito do canal abandonadas. Agora, num momento como este, de emergência, diz-se: *“Vamos criar a Bolsa*

Estiagem!” É importante? É. Mas onde estão os programas de sustentabilidade e de convivência com o Semiárido?

Também é dever e obrigação do Congresso Nacional elencar todas as matérias que aqui estão no tocante ao desenvolvimento do Nordeste, à formação de recursos humanos qualificados para essa convivência com o Semiárido e o desenvolvimento do Norte e do Nordeste para, a partir daí, termos, numa pactuação das propostas que as Comissões, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional apresentarão na Rio+20, espaços suficientes para debatermos esses assuntos.

Concluindo, queremos dizer que há toda essa necessidade de se fortalecer o debate e verificarmos também uma pactuação com os gestores. Às vezes, quando chego às cidades e vejo aqueles urubus, sei que podem ser dois episódios: ou é matadouro a céu aberto ou é o lixão. E nisso os ambientalistas não defendem em nada uma ação mais concreta. Não há um programa efetivo do Ministério da Agricultura, mas temos lutado para dar apoio aos Municípios para terem um financiamento de matadouro.

As emendas individuais e de bancada que se alocam para essas áreas parece que nem a Rio+20 vai ter, porque não são descontingenciadas, não são liberadas. Na hora em que se colocam recursos para fortalecer o Município, para se ter todo um trabalho na reciclagem do lixo e com os resíduos sólidos, 0,6% foi o que foi descontingenciado para resíduos sólidos no Orçamento do ano passado. Esse pacto federativo está capenga, porque precisamos ter uma política de sustentabilidade, mas precisamos ter ações concretas de sustentabilidade.

Então, em nome da Comissão de Agricultura, vamos oficializar, na pactuação que teremos com o Presidente Marco Maia, e levar a proposta desta Casa Legislativa à Rio+20. Creio que todas essas observações e propostas apresentadas vão fortalecer um posicionamento desta Casa Legislativa neste evento de suma importância para garantirmos a nossa sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos, pelas palavras, até por ter enfatizado o que disse a Dra. Soraya, da importância de se colocar mais uma vez na prática esse debate envolvendo a Caatinga, envolvendo os efeitos que hoje o Nordeste e o Norte vivem, numa abrangência maior, que é a questão da seca. É verdade que as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste também a presenciam, também a vivem, mas com subsídios e fundamentos um

pouco mais extensos e mais presentes para conviver com essa seca do que a Região Nordeste e a Região Norte.

Então, agradeço ao Deputado Raimundo Gomes de Matos por suas considerações e me coloco à disposição como Presidente da CAINDR para, junto com V.Exa., chegar ao Presidente da Câmara e defender essas propostas a serem debatidas no evento Rio+20, em junho, no Rio de Janeiro.

Dando continuidade, Deputado Taumaturgo Lima, fica à disposição de V.Exa. a palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar V.Exa. e o Deputado Henrique Afonso, do PV do Estado do Acre, pela proposta desta audiência pública, que é de fundamental importância, tratando de um tema que está em grande evidência neste momento em nosso planeta e vai ser discutido no Rio de Janeiro.

Infelizmente, a maioria dos expositores já saiu, mas eu queria parabenizar a Dra. Soraya, o nosso colega Deputado Raimundo Gomes de Matos e o nosso Embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Não sei se é o meu pessimismo, mas a cada momento que tratamos dessa questão ambiental a minha preocupação se avoluma.

Eu queria iniciar a minha fala pelo que acompanhei no Código Florestal. O Código Florestal foi debatido no Congresso Nacional, e o que é debatido nessa questão é do interesse nacional, mas, infelizmente, por conta do fundamentalismo do lado dos produtores e do fundamentalismo do lado dos ambientalistas, não se tirou um texto que viesse a contribuir com a questão ambiental e com a produção brasileira.

Imaginem a Rio+20, onde vão estar os interesses internacionais para fazer essa discussão! Eu fico muito feliz quando vejo pessoas como o nosso Embaixador, que também é Secretário da Comissão Nacional da Rio+20, pelo seu pensamento sobre fome, economia e sustentabilidade. E o que eu vejo, Embaixador, é que, quando se trata da discussão da questão ambiental, o homem está fora, não o incluímos, para tirá-lo da pobreza, da miséria. Falamos de economia verde. Que economia verde? Por que economia verde? Nós temos que ter uma economia limpa, não só na floresta, mas São Paulo, Rio de Janeiro, Nova Iorque, os grandes países desenvolvidos estão poluindo todo dia, e a responsabilidade está vindo exatamente para os países tropicais.

Como vai ser essa discussão na Rio+20? Nós vamos nos responsabilizar por tudo, e os países industrializados vão continuar produzindo as garrafas PET, as embalagens plásticas, e vai por aí. E nós é que somos responsáveis por esse equilíbrio ambiental. E eu sou a favor. Eu não sou ambientalista, nem sou pecuarista; eu sou um cidadão. E eu acho que o pecuarista tem sua razão e o ambientalista também tem a sua, desde que não entrem no fundamentalismo, para que possamos tirar um encaminhamento que seja bom para todos.

Eu fico preocupado porque a pressão dos países desenvolvidos é muito grande para o nosso lado, e o Deputado Raimundo Gomes colocou muito bem. O nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente disse: *“Como nos vamos colocar para a comunidade internacional?”* O Brasil tem que estar preocupado com ele próprio. Eu acho que nós temos que preservar, a preservação tem que existir, mas o Brasil tem que ter postura e autoridade para se colocar nessa mesa, não se posicionar submisso com a pressão que vai vir para o nosso lado. É lógico, eu estou falando isso porque sou da Amazônia.

Eu queria me associar à nossa professora, que fez uma bela exposição, lá da sua região, da Caatinga, onde também existe uma pobreza muito grande. Olhe, professora, eu sou lá do Estado do Acre. Nasci nas cabeceiras do Rio Moa, que é quase fronteira com o Peru. Nós estamos preservando essa Amazônia há anos. Qual é a contrapartida que nós temos? Qual é a proposta da Rio+20 de contrapartida para nós, que estamos preservando e vamos continuar preservando, porque temos que fazer isso? Nenhuma. A maior pobreza do nosso País está no Norte. Vamos ver o Orçamento. Quanto se tem do Orçamento para investir em tecnologia, conhecimento, capacitação de doutores e professores? O mínimo, quase nada. Como é que nós vamos preservar com fome, o caboclo com fome lá, com uma lei perversa?

Eu discordo do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, que não está aqui. Eu concordo com ele em parte, mas discordo, porque a lei é muito perversa, principalmente com o pequeno.

Ora, o Brasil tem uma das legislações mais severas do planeta, e é o país que mais preserva, está na frente de todos. E ainda temos que nos ajoelhar para a comunidade internacional, porque o Código vai ser ou não aprovado. Eu sou contra esse Código, votei contra, porque ele não atende nem os produtores rurais, pequenos ou grandes. Como disse o Deputado Raimundo Gomes, o PIB nacional tem em grande parte a

nossa produção, e nós temos que produzir. Nós somos 200 milhões de brasileiros, mais de 7 bilhões de pessoas no planeta. Quem vai produzir? Somos nós, que temos terra, água, sol.

Então, eu queria aqui dizer, Embaixador, ao senhor, que está lá nessa Comissão, que deposito parte da minha confiança e do meu desejo nessa mensagem que estou lhe passando, porque eu vi que os seus pensamentos se associam aos meus. Eu sei da dificuldade por que passa um produtor rural na Amazônia, onde é pior do que lá na sua região, porque lá existe a integração, que nós não temos. Eu vou dar um exemplo aqui de Santa Rosa do Purus. Lá só se chega de avião ou de barco. Quem for de barco leva uma semana ou 15 dias para chegar lá. Como podemos levar um trator ou uma outra alternativa? Como fica a questão da energia?

Então, nós temos uma série de necessidades que não estão sendo colocadas na mesa, e nós precisamos fazer isso. Se a Amazônia é o pulmão do mundo, é onde está a maior riqueza do planeta, está dentro do Brasil, por que não estamos cuidando dela? E por que quem está poluindo e destruindo o meio ambiente não está fazendo a compensação?

Eu acredito que vai sair coisa boa também da Rio+20. Não vai ser fácil, mas espero que o povo brasileiro e o povo do planeta saiam ganhando com esse encontro. A África passa por uma situação de pressão muito grande, assim como parte dos países asiáticos, mas nós não vemos o homem ser colocado nessa discussão. Primeiro vamos resolver isso aqui e depois é que vamos tratar da inclusão social. Quem é que cuida da floresta? Quem é que cuida do meio ambiente? É o homem. Se cuidarmos bem do homem, se ele estiver bem de saúde, se tiver comida farta na sua mesa, ele vai cuidar da floresta melhor do que tem cuidado.

Agora, fica difícil para nós, que somos lá do interior, da Caatinga, da Amazônia. Nós estamos preservando, sendo privados de várias necessidades, mas o Sul e o Sudeste estão usufruindo de tudo. E eu não sou contra, eu acho que têm de usufruir mesmo do que é bom, mas nós também queremos o que é bom. Nós precisamos de uma boa energia, de uma boa água. Nós estamos dentro da Amazônia, no local que tem mais água, mas não temos água para beber, praticamente. O nosso Estado está avançado nessa questão de preservação, tem feito um esforço muito grande na questão de saneamento, mas os recursos são poucos.

Eu quero parabenizar o meu Governador Tião Viana e os ex-Governadores Jorge Viana e Binho Marques, que fizeram um esforço tremendo

para fazer a preservação ambiental do nosso Estado. Mas nós pagamos um preço alto e não temos compensação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Parabéns pelas palavras, Deputado Taumaturgo, que realmente mostram a realidade, como vimos em várias palestras aqui apresentadas na tarde de hoje.

Após todas as palestras, com a participação dos convidados e o andamento da nossa audiência pública, eu realmente, com toda a sinceridade, agradeço a presença de cada um na tarde de hoje. Sabemos da agenda lotada dos que estão e já estiveram aqui presentes – a agenda do nosso Embaixador é completamente lotada.

Agradeço a todos a atenção que deram à nossa Comissão, pela preparação de suas palestras. Não sei se os senhores ainda desejam fazer considerações finais. (*Pausa.*)

Então, agradeço a todos a presença: aos Deputados Raimundo, Sarney Filho, Sirkis, ao Embaixador, à Dra. Profa. Soraya e a todos os demais presentes, e agradeço a valiosa contribuição e esclarecimentos prestados pelos expositores. (*Pausa.*)

Antes de finalizar a nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. José Alberto Machado, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer, Deputado, por essa exceção que V.Exa. está abrindo, essa deferência, e prometo não passar dos 3 minutos.

Meu nome é José Alberto da Costa Machado. Eu sou pesquisador da área de sustentabilidade, tenho doutoramento em desenvolvimento sustentável, sou professor da Universidade Federal do Amazonas e atualmente sou coordenador de pesquisas em sociedade e ambiente do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

Neste momento, estou falando na condição de funcionário dessas instituições, mas também tomo aqui a liberdade de incluir a presença da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Estamos muito satisfeitos pelas exposições que foram apresentadas, mas eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar a nossa tristeza por não ver um representante da Amazônia, assim como tivemos um representante do Nordeste, apresentando as propostas para a Rio+20, que decerto a Região tem, porque está se articulando com esse propósito.

Eu queria, de forma muito rápida – o Deputado Sirkis não se encontra mais aqui –, falar da questão, por exemplo, da energia. Toda a produção de energia na Amazônia é para abastecer o Sul, o Sudeste e parte do Nordeste. Apenas 4% da energia que é gerada para todo o mercado da ELETRONORTE está na Região Norte. Na verdade, o que a Região tem feito é emprestar os seus potenciais hídricos para gerar energia para o Brasil e nem o ICMS do consumo dessa energia fica na própria região. Então, essa questão da energia tem esse viés.

Eu queria me referir também, Deputado, à questão das instituições de ciência e tecnologia. Assim como a Profa. Soraya se referiu, as instituições de ciência e tecnologia na Amazônia vivem uma situação extremamente difícil de ser entendida. Agora mesmo, todo esforço que o nosso Instituto fez para participar da Rio+20 teve que ser deixado de lado, porque não temos recursos sequer para as passagens, nem para as diárias para os pesquisadores se deslocarem para os diversos fóruns para os quais estavam inscritos. Isso depois de um esforço em toda a Região Norte envolvendo os Estados em *workshops* estaduais. Simplesmente, não se pode ir adiante.

No caso do instituto em que eu trabalho, 114 pesquisadores serão aposentados até 2014. Se nada for feito, o maior patrimônio de pesquisa em biologia tropical e de conhecimento em floresta da Amazônia terá um comprometimento muito sério na sua continuidade, porque toda a sua estrutura de recursos humanos está comprometida.

Eu também gostaria de registrar que há experimentos exitosos na região que geram economia, distribuem recursos e preservam o ambiente. A Zona Franca de Manaus, conhecida como Polo Industrial de Manaus, é uma dessas experiências exitosas. O Estado do Amazonas tem preservação ambiental de 98%, uma cidade com o quinto maior PIB *per capita* e uma série de outros efeitos positivos. Não obstante essa experiência exitosa que, certamente, precisa de qualificação, de melhoria e de aperfeiçoamento, tem tido do Brasil e de muitos outros Estados apenas uma oposição sistemática que, aos poucos, vai esvaindo aquilo que de exitoso ela pôde aportar para a nossa Amazônia.

Então, ao registrar essas questões, eu estou apenas tentando dizer que é muito importante falarmos da Amazônia e buscarmos a sua preservação. É importante que ela seja um item dessa Agenda Global, mas é preciso que tenha a atenção nacional de fato, na prática, com recursos, com políticas, com apoios que efetivamente transformem todos os

discursos que temos, que são importantes, em algo concreto, em algo absolutamente real.

A Amazônia e as instituições a que me referi têm esse sentimento, essa amargura de verificar que nós somos item da Agenda Global, mas na prática, na realidade, no Orçamento da União, nas políticas públicas, nos apoios que as instituições de ciência e de tecnologia precisam e as demais instituições, para darem conta dessa preservação da Amazônia, com desenvolvimento para seu povo, acabam não acontecendo.

Era esse o registro. Agradeço a sua deferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Ao Sr. José Alberto me coloco à disposição, na condição de Presidente neste momento da CAINDR, e também coloco a Comissão, para que possamos discutir mais, após esta audiência pública, ou qualquer outro dia que V.Exa. esteja em Brasília, ou ao menos tentar colocar em prática e encaminhar tudo aquilo que aqui falou.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Concretamente podemos fazer isso após a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Podemos sair juntos para a nossa sala.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Filho) – Agradeço pela presença ao representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Sr. Elilde Menezes; ao Sr. Ademar Bianchi; à Profa. Soraya; ao Embaixador; ao Deputado Raimundo; à Dra. Kílvia e a todos os que estiveram aqui durante a realização desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco os senhores membros desta Comissão a participarem da reunião deliberativa que será realizada amanhã, quarta-feira, dia 9, às 10 horas, no Plenário 15.

Está encerrada a reunião, com as bênçãos de Deus.

Propostas da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional para a Rio+20

Maurício Mercadante⁴

1. FORTALECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO, COM ALOCAÇÃO EFETIVA DE RECURSOS FINANCEIROS, DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

Serviços dos ecossistemas ou ambientais são os benefícios que o homem obtém desses ecossistemas. Eles abrangem serviços de provisão, incluindo alimentos, água, madeira e fibras; serviços reguladores, que afetam climas, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água; serviços culturais, que fornecem benefícios recreacionais, estéticos e espirituais; e serviços de suporte, tais como formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes. (Ver Figura A.). A espécie humana depende fundamentalmente do fluxo dos serviços dos ecossistemas. A exploração, degradação e destruição dos ambientes naturais degrada e ameaça o fluxo dos serviços ambientais. Comunidades tradicionais e rurais e proprietários de terras detêm a posse de recursos naturais que geram serviços ambientais que beneficiam toda a sociedade. O pagamento por serviços ambientais é um mecanismo concebido com o objetivo de estimular essas comunidades e proprietários a conservarem (ou recuperarem) esses recursos, em lugar de explorá-los economicamente. Nesse caso, a

⁴ Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Área XI – Meio Ambiente e Direito Ambiental.

sociedade, que é beneficiária dos serviços ambientais compartilha com as comunidades e proprietários os custos da conservação.

1.1. Destinar recursos do Fundo Clima para o pagamento por serviços ambientais

1.2. Ampliação dos recursos e do número de beneficiados do Programa Bolsa Verde, do Governo Federal

O Programa Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 2011, faz parte do Plano Brasil sem Miséria e seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

Os objetivos do Programa são:

- Incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;
- Promover a cidadania;
- Melhorar as condições de vida e elevar a renda população beneficiária; e
- Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Para participar do Programa, a família deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: encontrar-se em situação de extrema pobreza, equivalente a renda per capita mensal de até R\$ 70,00; estar inscrita no Cadastro Único;

As famílias deverão desenvolver atividades de conservação ambiental nas seguintes áreas:

- Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais, administradas pelo ICMBio;
- Projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo INCRA;
- Territórios ocupados por Ribeirinhos, Extrativistas, Populações Indígenas, Quilombolas e outras Comunidades Tradicionais; e
- Outras áreas rurais definidas como prioritárias pelo Governo Federal.

Cumpridos estes requisitos, a família deverá assinar o Termo de Adesão ao Bolsa Verde, que especifica as atividades de conservação a serem desenvolvidas.

O Programa Bolsa Verde efetua repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por meio do cartão do Bolsa Família, durante o prazo de até dois anos. Este prazo poderá ser renovado. O pagamento do benefício seguirá o calendário de pagamentos do Programa Bolsa Família. Os beneficiários do Bolsa Verde que também são inscritos no Bolsa Família receberão os benefícios de forma conjunta.

Na primeira fase apenas os municípios da Amazônia Legal participam do Programa. A expansão para todo o país está prevista para 2012. O Bolsa Verde deve atender 73 mil famílias até 2014, com recursos da ordem de R\$ 240 milhões, até 2014.

O Ministério do Meio Ambiente é o responsável pela coordenação do programa, com a participação direta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fazem uma gestão compartilhada abrangendo ICMBio e Incra como os gestores das áreas selecionadas.

2. CONSOLIDAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO INTERNACIONAL E DOMÉSTICO DO MECANISMO DE REDD+ (REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO)

A redução da emissão de gases de efeito estufa por meio de projetos de desmatamento evitado e conservação florestal pretende ser uma alternativa viável de mitigação às mudanças climáticas cujos resultados podem gerar benefícios adicionais além do aumento ou da manutenção dos estoques de carbono, como por exemplo, a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e a melhoria das condições de vida de populações tradicionais.

Na COP-16, em Cancun, 2010, o mecanismo de REDD+ teve seu conceito, diretrizes, salvaguardas e principais regras para a sua implementação aprovadas no âmbito do Acordo de Cancun. O REDD+ é agora um mecanismo de mitigação voluntário dos países em desenvolvimento

no âmbito da UNFCCC e contará com o apoio técnico e financeiro dos países desenvolvidos.

Em síntese, REDD+ abrange as seguintes ações:

1. Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas;
2. Aumento das reservas florestais de carbono;
3. Gestão sustentável das florestas;
4. Conservação florestal.

Assim como o Brasil, a maioria dos países ainda não possui uma regulamentação específica para essa natureza de projetos. Todos estão passando por processos de discussão e definição de seus respectivos marcos regulatórios sobre o tema.

3. AGILIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA, COM ADAPTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E COMPROVAÇÃO DE GASTOS ADAPTADOS À REALIDADE DAS COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES EXTRATIVISTAS E DE AGRICULTURA FAMILIAR

Em 2008, no Brasil, foi criado o Fundo Amazônia, através de Decreto do Presidente da República. O Fundo é administrado pelo BNDES. O governo da Noruega vai doar ao Fundo até US\$ 1,0 bilhão, em seis anos, para remunerar e apoiar a redução do desmatamento na Amazônia. O Fundo baseia-se nas taxas de desmatamento da Amazônia apuradas pelo sistema PRODES de monitoramento e numa estimativa conservadora de estoque de carbono para determinar sua capacidade de captação. Os recursos captados são direcionados a projetos de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento, áreas protegidas, atividades produtivas sustentáveis e pesquisa e desenvolvimento na Amazônia.

4. FOMENTAR O MANEJO FLORESTAL MADEIRO E NÃO MADEIREIRO COMUNITÁRIO, NA AMAZÔNIA E NA CAATINGA, ASSEGURANDO A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA DE TODO O PROCESSO DE EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Florestas Públicas Comunitárias são aquelas habitadas ou usadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No Brasil, estas florestas tem significativa importância, em função de sua abrangência – ocupam cerca de 136 milhões de hectares (incluindo terras indígenas) – e de sua relevância social e econômica, pois o uso destas florestas gera produtos e renda para mais de 2 milhões de habitantes.

Existe uma ampla diversidade na organização social e cultural das comunidades que vivem da floresta, bem como na forma de uso dos recursos florestais. Há comunidades indígenas vivendo em florestas nos diferentes biomas brasileiros; comunidades extrativistas – como quebradeiras de coco e coletores de castanha – vivendo ou não em Reservas Extrativistas; comunidades quilombolas em diferentes fases de regularização do território; assentamentos em áreas florestais, entre muitos outros. O uso dos recursos florestais depende da diversidade das florestas e dos arranjos locais existentes para consumo e comercialização.

Para muitas comunidades, a floresta é essencial para a sobrevivência econômica e manutenção da identidade cultural. Atualmente, 57% das florestas públicas existentes no país são florestas comunitárias, segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

O manejo florestal é uma promissora alternativa de renda para as comunidades rurais, ao mesmo tempo em que alia o uso eficiente e racional das florestas ao desenvolvimento sustentável local, regional e nacional. No entanto, o MFC ainda enfrenta diversos entraves, tais como: a ausência de regularização fundiária, a dificuldade de acesso a linhas específicas de crédito, a lentidão na aprovação de planos de manejo e a inadequação das exigências para aprovação à realidade dos comunitários, a reduzida escala de produção e a precária infraestrutura para garantir o fluxo e o beneficiamento dos produtos florestais.

5. FOMENTAR O APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DE ENERGIA EÓLICA DO NORDESTE

A geração de energia elétrica por meio de turbinas eólicas constitui uma alternativa para diversos níveis de demanda. As pequenas centrais podem suprir pequenas localidades distantes da rede, contribuindo para o processo de universalização do atendimento. Quanto às centrais de grande porte, estas têm potencial para atender uma significativa parcela do Sistema Interligado Nacional (SIN) com importantes ganhos: contribuindo para a redução da emissão, pelas usinas térmicas, de poluentes atmosféricos; diminuindo a necessidade da construção de grandes reservatórios; e reduzindo o risco gerado pela sazonalidade hidrológica, à luz da complementaridade citada anteriormente.

Os principais polos estão no sul do país, no litoral nordestino e, mais recentemente, no interior do Nordeste, na Chapada Diamantina. O potencial eólico estimado é de 143 000 MW. Isso é mais do que toda a energia eólica gerada no mundo até hoje. A indústria do vento tem se mostrado rentável mundialmente não só como forma complementar de energia elétrica mas também como motor de crescimento para as economias. A cada MW de energia eólica gerado, o potencial é de 200 novos postos de trabalho criados.

6. FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL, RURAL, ECOLÓGICO E DE AVENTURA NA AMAZÔNIA E NO NORDESTE

Segundo a OMT, o Turismo é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. Além disto, é uma das atividades econômicas que demanda o menor investimento para a geração de trabalho. Segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FINE, a hotelaria, um segmento intensivo em mão de obra e com grande participação na atividade turística, demanda cerca de R\$ 16.198,60 do valor de produção da atividade para a geração de uma unidade de emprego. Valor este bem menor do que o demandado por outros setores econômicos, tais como indústria têxtil (R\$ 27.435,20), construção civil (R\$ 28.033,00) e siderurgia (R\$ 68.205,90).

De acordo com metodologia da OMT e os dados da RAIS, o mercado formal de trabalho nas Atividades Características do Turismo – ACTs, no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas, em 2002, para 2,27 milhões de pessoas empregadas em 2008, o que representa um crescimento da ordem de 32,70% em seis anos. No ano de 2008, este número correspondeu a 5,76% do total de empregos formais acumulados no País.

O aumento da renda média e do consumo das famílias e a emergência de uma nova classe média no Brasil constituem uma oportunidade ím-par de fortalecimento deste mercado e de reconhecimento do Turismo como importante fator de desenvolvimento econômico e social.

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome e à garantia de sustentabilidade ambiental.

7. PRIORIZAR OS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO (ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ESGOTO E COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS) NA REGIÃO NORTE E NORDESTE

Os dados do IBGE mostram que, apesar dos avanços observados nos últimos anos, será ainda necessário muito investimento nos próximos anos para assegurar à população das regiões Norte e Nordeste níveis adequados de saneamento ambiental, o que é fundamental para a saúde e qualidade de vida.

Abastecimento de água

O déficit na prestação do serviço de abastecimento de água continua elevado, com aproximadamente 12 milhões de residências no País sem acesso à rede geral. O problema é mais crítico na Região Norte, onde cerca de 54,7% dos domicílios encontravam-se nessa situação, seguida das Regiões Nordeste (31,7%), Centro-Oeste (18,0%), Sul (15,8%) e Sudeste (12,5%). Em 16 das 27 Unidades da Federação, a proporção de domicílios sem oferta do serviço é igual ou superior ao da média Brasil

(21,4%), sendo os Estados de Rondônia (73,4%), Acre (64,2%), Pará (63,6%) e Amapá (59,4%) os que mais sofrem com esse tipo de problema.

Esgoto

O Nordeste é a região onde a falta de rede coletora de esgotamento sanitário é mais grave, atingindo algo próximo a 15,3 milhões de habitantes, com a escassez do serviço sendo maior nos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Em segundo lugar, figura a Região Norte do País, com cerca de 8,8 milhões de pessoas sem rede de coleta de esgoto, das quais 60% concentradas no Estado do Pará.

Resíduos sólidos

Os municípios com serviços de manejo dos resíduos sólidos situados nas Regiões Nordeste e Norte registram as maiores proporções de destinação desses resíduos a lixões – 89,3% e 85,5%, respectivamente – enquanto os localizados nas Regiões Sul e Sudeste apresentam, no outro extremo, as menores proporções – 15,8% e 18,7%, respectivamente.

Na Região Norte, destacaram-se, nesse sentido, os municípios do Estado do Pará, onde a destinação dos resíduos aos lixões é praticada em 94,4% deles. Na Região Nordeste, os destaques negativos couberam aos municípios dos Estados do Piauí, Maranhão e Alagoas: 97,8%, 96,3% e 96,1%, respectivamente.

8. EXIGIR DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS, COMO CONTRAPARTIDA DOS ESFORÇOS DO BRASIL PARA CONSERVAR SUA BIODIVERSIDADE, QUE REDUZAM O IMPACTO QUE CAUSAM SOBRE OS RECURSOS NATURAIS DO PLANETA, MEDIANTE A MUDANÇA NOS SEUS PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO

O Brasil é um país megadiverso e vem fazendo um grande esforço para conservar seu patrimônio natural. Os países desenvolvidos em geral destruíram quase completamente seus ambientes naturais, para assegurar seu próprio desenvolvimento social e econômico. Os países megadiversos como o Brasil tem direito ao seu desenvolvimento, o que

exige a utilização de recursos naturais. Como contrapartida da conservação nos países megadiversos, os países desenvolvidos obrigam-se a reduzir o seu consumo de recursos naturais do Planeta, mediante a adoção de técnicas de produção limpas e sustentáveis e mudança no padrão de consumo.

9. ASSEGURAR QUE AS OBRAS DE INFRAESTRUTURA REALIZADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA SEJAM AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E PROMOVAM A INCLUSÃO SOCIAL DOS POVOS DA FLORESTA (INDÍGENAS, EXTRATIVISTAS, AGRICULTORES FAMILIARES)

As obras de infraestrutura em curso e planejadas para a Amazônia são importantes para o desenvolvimento do País e da região. Historicamente, entretanto, elas não tem beneficiado, como deveriam, as populações locais, especialmente as comunidades indígenas, as populações extrativistas e os agricultores familiares, que continuam condenados, em grande medida, a viver em situação de pobreza extrema. É necessário rever esse modelo, de modo a assegurar a inclusão dessas pessoas no processo de desenvolvimento regional.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados: www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes